

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"



# GT5

Comunicação Popular,  
Comunitária e Alternativa:  
lutas e resistências frente  
a grandes projetos de  
desenvolvimento

**ANAIIS**  
VOLUME V



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE  
**DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS**

*"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"*

## **GT 5: Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento**

**Coordenação: Larissa Pereira Santos, Uriel Menezes e Roseane Arcanjo Pinheiro.**

O GT 5 se configura como um espaço de debate e diálogos sobre práticas e processos de comunicação Popular, Comunitária e Alternativa pensadas e vivenciadas em contextos de lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento. Busca fazer reflexões sobre alternativas de comunicação que visam a transformação social, que se relacionam com as manifestações culturais e políticas de povos e comunidades e com a perspectiva da comunicação como um direito humano.

# Apresentação

O Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – “Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” foi realizado entre 15 e 19 de março de 2021. O Seminário foi pensado como uma das ações do Projeto “Empresas Transnacionais e Princípios Orientadores: em busca de mecanismos efetivos para a proteção dos Direitos Humanos na América Latina”, executado por quatro organizações latino-americanas e co-financiado pela União Europeia. Fizeram parte desse projeto as organizações Justiça nos Trilhos (Brasil), CooperAcción (Peru), Pensamiento y Acción Social (Colômbia) e Bienaventurados los Pobres (Argentina).

O Seminário aconteceu em formato virtual e foi promovido por Justiça nos Trilhos (JnT), Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA) e Grupo de Trabalho sobre Fronteiras, Regionalização e Globalização na América, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

As atividades foram inspiradas no Seminário Internacional “Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, realizado em 2014 em São Luís, Maranhão.

Durante os dias 15 e 19 de março de 2021, o seminário reuniu uma série de atividades, incluindo apresentações de trabalhos científicos, relatos de experiências, desenhos, fotografias e audiovisual. Foram 106 trabalhos aprovados e apresentados em cinco grupos temáticos:

- [1]** Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades
- [2]** Memórias, histórias e lutas por reconhecimento
- [3]** Questões de gênero e étnico-raciais em lutas territoriais
- [4]** Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência
- [5]** Comunicação Popular, comunitária e alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento

Assim, construiu-se um dos grandes objetivos do seminário, que foi o de oferecer oportunidades de troca de saberes, promovendo a sinergia entre comunidades, ambiente acadêmico, organizações populares e movimentos sociais e sindicais. Pessoas desses diversos espaços estiveram representadas nos debates ocorridos em cada um dos grupos de trabalhos (GTs), a partir das apresentações dos resultados de pesquisas acadêmicas e experiências de vidas comunitárias, materializados em artigos, relatos, fotografias e vídeos.

Os Anais registram esses resultados como um espaço de memória, reverberação de vozes e resistências na potencialização das insurgências frente ao extrativismo predatório, vividas por povos, comunidades e natureza.

Os cinco GTs dão título e organizam os capítulos que seguem, apresentando contribuições de autores e autoras do Brasil e de outros países da América Latina como México, Argentina, Colômbia e Peru.

No GT1, por exemplo, serão encontrados trabalhos que discutem novas formas de territorialidades e racionalidades não ocidentais frente a ações empresariais e estatais. No GT2, os trabalhos apresentam mobilizações e lutas por reconhecimento e direitos. No GT3, é debatida a questão de gênero em múltiplos aspectos no contexto de lutas territoriais urbanas e rurais. Reflexões sobre a expansão de megaprojetos, processos de luta e resistência de comunidades tradicionais, povos e organizações sociais são temas discutidos no GT4. Por fim, no capítulo dedicado ao GT5, são compartilhadas práticas e processos de comunicação popular pensadas e vivenciadas em contextos de lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento.

O tema do seminário – e, de forma específica, os temas de cada um dos cinco GTs – são um chamado para a construção de caminhos alternativos e articulados entre diferentes povos, que proporcionem a defesa dos Direitos Humanos e o respeito à Mãe Terra.

**Boa Leitura!**



Copyright © 2021 by EDUFMA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

### Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

### Vice-Reitor

## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

### Diretor

### CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni  
Prof. Dr. André da Silva Freires  
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Diana Rocha da Silva  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisélia Brito dos Santos  
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda  
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva  
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues  
Prof. Dr. João Batista Garcia  
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas  
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes  
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

### Organização

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

### Coordenação por Grupos de Trabalhos

Anaclea Pires da Silva  
Bartolomeu Rodrigues Mendonça  
Carolina Christiane de Souza Martins  
Cíndia Brustolin  
Elio de Jesus Pantoja Alves  
Inar Fernandes Feitoza  
Joana Emmerick Seabra  
Joércio Pires da Silva  
Juan Manuel Sandoval Palacios  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira

Marcela de Lourdes Orozco Contreras  
Maria Ecy Lopes de Castro  
Roseane Arcanjo Pinheiro  
Sislene Costa da Silva  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana  
Uriel Menezes

### Coordenação editorial

Sabrina Duran

### Coordenação de revisão

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

### Projeto Gráfico

Candiá Produções

### Colagens e Ilustrações

Coletivo Pinga Pinga

### Diagramação

Valéria Amorim  
Juliana Bicudo

### Fale com a redação

[jnt@justicanostrilhos.org](mailto:jnt@justicanostrilhos.org)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas (1.: 2021: São Luís, MA).

Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório"/ Organização: Cíndia Brustolin [et al.]. – São Luís, MA: EDUFMA, 2021.  
5 v.: il.

Conteúdo: v. 5. Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento / Coordenação: Larissa Pereira Santos, Uriel Menezes, Roseane Arcanjo Pinheiro.

ISBN: 978-65-89823-48-3

1. Povos – conflitos sociais- resistência. 2. Território – lutas- comunidade.  
3. Extrativismo predatório. I. Bruscolin, Cíndia.

CDD 305  
CDU 316.48

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Luciana Palácio - CRB 13 / 585

O conteúdo deste documento não compromete as organizações promotoras e colaboradoras desta publicação. Pode-se citar ou fotocopiar para uso não comercial sempre citando a fonte.

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:



# Sumário

## TRABALHOS E ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

Ensaio Fotográfico: a questão dos campos de Santa Rita/Ma. – Pecuária rústica	<b>703</b>
Documentário sobre o “Lixo na Comunidade do Porto do Mocajutuba”	<b>707</b>
O Endereço da Violência Simbólica: comunidade Cajueiro, zona rural II, BR 135, sudoeste da ilha de São Luís/MA	<b>709</b>
Relatos de Experiência sobre uma Oficina de Grafite na Zona Rural de São Luís-MA	<b>725</b>
Trilhos e Memórias: as formas de resistências nas comunidades no Corredor Carajás	<b>737</b>
Os Currais de Pesca Artesanal versus Captura de Tartaruga-Marinha (Cheloniidae), no Estado do Para. 2021	<b>748</b>
Resistências dos Trabalhadores Rurais da Chapada do Apodi: reflexões críticas	<b>750</b>
A Cruz do Anjinho: o olhar da saudade	<b>758</b>
Memórias Afetivas na Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe – Ceará: registros dos terreiros da ancestralidade	<b>760</b>
“Os Movimentos me Fizeram Liderança”: a trajetória de Rosiane Mendes Cardoso, comunidade tradicional de Sítio do Meio II/MA	<b>763</b>

# Trabalhos completos e ensaios fotográficos





**Ensaio Fotográfico:  
a questão dos campos de Santa Rita/  
Ma. – Pecuária rústica**

## Ensaio fotográfico: a questão dos campos de Santa Rita/Ma. – Pecuária rústica<sup>1</sup>

Adriano Souza de ALMEIDA – Grupo de Valorização Negra do Cariri -GRUNEC<sup>2</sup>

### Resumo

Neste ensaio fotográfico, o autor acompanhou as atividades da Comunidade de Beira de Campo – Papagaio, localizada em Santa Rita/MA, durante suas atividades de manejo do gado rústico, denominado pela comunidade como “Gado da Beira do Mangue”, criado em regime de solta nos Campos Naturais. Este regime de manejo do gado, na comunidade, remonta tempos imemoriais e envolve um intenso esforço colaborativo dos vizinhos para auxílio aos seus membros, reforçando os laços de afetividade e trabalho comunitário. A criação do Gado da Beira do Mangue contribui para a segurança alimentar e financeira das comunidades de forma significativa e depende do uso comum e sem cercas das pastagens naturais dos campos naturais. As relações homem-bicho, naquele ecossistema desenvolvem-se de maneira muito particular e bela ativando processos de tomadas de consciência ricos sobre a necessidade de proteção de ambientes tão sensíveis.

Link do google drive: <https://bit.ly/3sUXixm>

**Palavras-chave:** Maranhão; Campos Naturais; Mega projetos; conflito; segurança alimentar.



1 Trabalho apresentado no GT5: “Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento”

2 Contatos do autor: – email: [adrianoalmeidafotos@gmail.com](mailto:adrianoalmeidafotos@gmail.com) – ig: [@adrianoalmeida\\_fotos](https://www.instagram.com/adrianoalmeida_fotos)





# Documentário sobre o “Lixo na Comunidade do Porto do Mocajutuba”

## Documentário sobre o “Lixo na comunidade do Porto do Mocajutuba”<sup>1</sup>

Allan Rodrigues COSTA<sup>2</sup>  
Mariana Arouche VIEIRA<sup>3</sup>  
Paloma França CASTRO<sup>4</sup>  
David Barbosa SANTOS<sup>5</sup>  
Marcos Marcelo MARTINS<sup>6</sup>  
Paulo Roberto LOPES<sup>7</sup>  
Elio de Jesus Pantoja ALVES<sup>8</sup>

PET Conexões de Saberes – Comunidades Populares,  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão

### Resumo

O Documentário “Lixo na comunidade do Porto do Mocajutuba” foi realizado por integrantes do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão, em parceria com estudantes do curso de Comunicação Social – Rádio e TV da UFMA. O trabalho retrata por meio de fotografias e entrevistas, o descarte impróprio do lixo nos mangues da comunidade do Porto do Mocajutuba, zona rural do município de Paço do Lumiar - MA. Foi gravado no dia 18 de junho de 2018 e contém três entrevistas com moradores da região: Antônio Domingos Ferreira, conhecido popularmente como Antônio Palheta; Rita Maria dos Santos e Maria do Rosário Cabral Rodrigues. Tem como objetivo mostrar que o descarte incorreto de resíduos está associado a falta de políticas públicas, incluindo fiscalização de agentes poluidores, bem como carência de programas de educação ambiental para os moradores voltadas para o descarte correto, incentivo a ações de reciclagem que possam mitigar os efeitos deletérios sobre o ambiente e a sociedade.

**Link do Youtube:** <https://bit.ly/2PtOI0j>

**Palavras-chave:** Documentário; comunidade do Porto do Mocajutuba; Lixo.

---

1 Trabalho apresentado no GT 5: “Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: lutas e resistência frente a grandes projetos de desenvolvimento” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: allanpotter.arc@gmail.com

3 Bolsista do grupo PET Conexões Comunidades Populares e discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marianna3271@hotmail.com

4 Egressa do grupo PET Conexões Comunidades Populares, bacharel do curso de Comunicação Social - Relações Públicas e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: paloma.fcastro@gmail.com

5 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: davsants.ds@gmail.com

6 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: marcos\_martins.radioetv@hotmail.com

7 Colaborador do PET Conexões de Saberes Comunidades Populares e discente em Comunicação Social – Rádio e TV da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: paulorlopes15@gmail.com

8 Tutor do grupo PET Conexões Comunidades Populares e Prof. Dr. do Departamento de Ciências Sociais e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (Orientador). E-mail: eliopantojalves@gmail.com

**O Endereço da Violência  
Simbólica: comunidade Cajueiro,  
zona rural II, BR 135, sudoeste da  
ilha de São Luís/MA**

## **O Endereço da Violência Simbólica: Comunidade Cajueiro, Zona Rural II, BR 135, Sudoeste da Ilha de São Luís/MA”<sup>1</sup>**

Alice Rêgo MATOS<sup>2</sup>

Arnaldo Vieira SOUSA<sup>3</sup>

Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA)

### **Resumo**

O teor romântico do progresso brasileiro, atualmente traduzido na ascensão de empreendimentos que prometem gerar emprego e renda, tem a função primordial de enaltecer benefícios, que, dada a magnitude de sua apresentação, à primeira vista podem enganar. É importante se ater ao fato de que esses discursos, carregados de promessas, atuam tão somente com o intuito de ludibriar seus destinatários e, veladamente, desarticular sua unidade e suas lutas. Assim, sob uma estrutura cruelmente incidente manifestada pela mídia na forma de criar e difundir padrões de pensamento e realidades, as comunidades tradicionais geralmente são mostradas como entraves ao desenvolvimento enquanto lutam por seus direitos. Nesse contexto, o presente trabalho busca, através da análise de reportagens relacionadas à Comunidade Cajueiro e à construção do porto financiado pela empresa WPR São Luís Gestão de Portos, demonstrar como o método de reprodução de discursos usados pela mídia local podem atuar tanto na perpetuação da hegemonia instalada quanto no seu desmantelamento, ainda que isso implique no surgimento de outra forma de violência simbólica. Para tanto, o trabalho se firma na desconstrução de certos discursos e na resignificação de outros, além de ponderar como a violação do direito à comunicação importa na supressão de outros direitos.

**Palavras-chave:** Discurso; Mídia; Comunicação; Violência Simbólica; Comunidades Tradicionais.

### **1. Com quantas vítimas se constrói um porto? Considerações sobre o conflito travado entre a Comunidade Cajueiro e a WPR LTDA**

Considerada como uma cidade de vocação portuária por planejadores e agentes do Estado, São Luís tornou-se alvo de empreendimentos cobiçosos que se aproveitam das condições geográficas locais para investir seu capital (MOREIRA; CASTRO; SANTOS, 2018, p. 155). Entretanto, convém destacar que a expansão de tais iniciativas, aliado à lógica desenvolvimentista, desconsidera as famílias instaladas no seu entorno, uma vez que esses investimentos concentram sua atuação em ações que banalizam os direitos humanos.

---

1 Trabalho apresentado no GT5 - Comunicação Popular, Comunitária e Alternativas: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Assessora jurídica na Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), e-mail: alicermatos01@gmail.com.

3 Orientador do trabalho. Professor do Curso de Direito do Centro de Ensino Dom Bosco, e-mail: arnaldo.vieira@undb.edu.br



Nesse contexto percebe-se que, em que pese tais empreendimentos prometerem soluções instantâneas para as comunidades locais, estas não se isentam dos impactos socioambientais gerados pelos projetos implantados naquelas circunvizinhanças. Ressalta-se aqui, em especial, os conflitos enfrentados pela comunidade Cajueiro, que nos últimos anos tem sido palco de disputas fundiárias e territoriais (MOREIRA; CASTRO; SANTOS; 2018, p. 155).

O Cajueiro, comunidade tradicional localizada na zona rural de São Luís, é uma das comunidades que sofre diretamente com os efeitos de projetos desenvolvimentistas que pretendem se instalar nessa área da ilha. Desde 2014 enfrenta um conflito direto com a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA., que visa a construção de um porto privado, o qual, lógico, atenderá essencialmente aos interesses do agronegócio e de grandes corporações.

Resultado da instalação de projetos desse porte é que comunidades como o Cajueiro acabam ficando desestabilizadas, tendo em vista que suas economias e seus modos de vida locais são deixados de escanteio, forçando-as a se adequarem à nova realidade, o que acarreta uma mudança brusca e nociva na vida daquelas pessoas.

Importante destacar acerca da omissão do Estado no que tange ao amparo (ou a falta dele) às famílias que moram nessas regiões que, por conta do rápido e violento avanço desses empreendimentos, acabam tendo que sair dali.

O Estado contribui, principalmente, para o deslocamento compulsório em prol da instalação de empreendimentos industriais ou de infraestrutura, em nome de um discurso desenvolvimentista que, segundo os agentes do governo, gerariam riqueza, empregos e melhoria da qualidade de vida de toda a população maranhense, a qual não poderia ser privada do direito ao desenvolvimento por famílias de comunidades deslocadas. Para o governo, o interesse dessas famílias tradicionais (cerca de 14.500 pessoas) não pode se sobrepor ao “interesse de toda população maranhense” (PEDRO; SANT’ANA JÚNIOR, 2018, p. 122).

Essa concepção de desenvolvimento, em curso desde os anos 1970 e reorganizada nos anos 1990, desconsidera populações locais e as regiões visadas para sua expansão são consideradas como vazios demográficos e existenciais. De tal modo, esses conflitos entre agentes de expansão capitalista, estatais ou privados, e povos e grupos sociais locais, tem sido uma marca permanente da implantação de projetos de desenvolvimento (SANT’ANA JÚNIOR; TEISSERENC; BRUSTOLIN, 2018, p. 10).

Para Nobre, Oliveira e Sbrana (2018, p.190) diversas são as representações que sustentam esse discurso, como por exemplo,

[...] as representações da agricultura de pequeno porte, da roça, da pesca comunitária, das casas de taipa e tantas outras

são associadas, frequentemente, ao “atraso” brasileiro. Em contrapartida, representações de grandes empresas, trens transportando vagões de minérios, gêneros alimentícios em grande quantidade, estradas de rodagem vastas, navios rumando a países ricos e a promessa de emprego e renda são associados ao tão sonhado desenvolvimento, ou seja, ao futuro tecnologicamente melhor, rico e livre de elementos, imagens e práticas vinculados socialmente ao atraso.

A remoção da comunidade da região atingida pela implantação dos chamados grandes projetos, para tanto, é baseada na premissa de que existe um espaço vazio de gentes e de sentido apto para ser desenvolvido, pois, primeiramente, o campo “naturalmente vocacionado” para capitalização de riquezas naturais secularmente percebidas como à disposição das forças civilizatórias, mais tarde estaria à disposição de forças modernizadoras e do desenvolvimento. (NOBRE, et. al., 2018, p. 190)

Desse modo, a reprodução de discursos desse teor encontra suporte na produção midiática que desde sempre esteve nas mãos de quem detém poder econômico e político, servindo como instrumento de autoridade de grandes grupos. Isso reflete na dificuldade de que assuntos mais significativos para a população sejam tratados da forma como acontece, além disso, impede que haja maiores informações e esclarecimentos sobre as práticas realizadas em nome desses projetos e seus impactos.

Ao refletir sobre aparatos de intervenções estatais em projetos de desenvolvimento e suas distintas formas legais de governar, é que surge a necessidade de pensar sobre os diferentes interesses e relações de poder que atuam sobre as práticas da ação estatal, bem como da necessidade de uma análise mais apurada sobre as noções de desenvolvimento e de seus aspectos simbólicos assumidos no conflito. (SANT’ANA JÚNIOR et. al., 2018, p. 16)

Percebe-se aqui que a produção desse tipo de mídia age como limitadora do campo de percepção e compreensão do espectador. Tal tipo de manobra, que se alia aos interesses privados de determinado grupo social, é responsável por antecipar o que será e o que não será incluído do campo de interpretação dos receptores desse discurso.

esse motivo é que Judith Butler (2015, p. 103) compara as ações da mídia atual com a própria ação da guerra, onde as práticas e efeitos dos meios de comunicação eram determinados pela perspectiva do Departamento de Defesa, que, por sua vez, orquestrava a realidade, estabelecendo o alcance do que iria ser percebido como existente e necessário. A lógica é a de que a noção de realidade apresentada através desse tipo de mídia sirva de baliza para legitimar socialmente os interesses dos grandes projetos, o que reflete na sua legitimação também em outros campos, como o jurídico e o político. Em contrapartida a essa mídia institucionalizada merece destaque a ascensão de uma espécie de mídia que busca dividir a fala com os povos e comunidades tradicionais que, por serem o setor

que mais sofre o impacto da violência oriunda de empreendimentos externos precisam ser visibilizadas de alguma forma a fim de apresentarem sua perspectiva.

Esse formato de fazer mídia se posiciona como importante frente de articulação e resistência para as comunidades tradicionais do Maranhão, isto é, como uma nova forma de organização e luta baseada em um modelo político-ideológico pautado na emancipação. O movimento busca fortalecer a resistência coletiva de modo a constituir um modelo de organização emancipatório e contribuir para a valorização das práticas culturais reproduzidas pela comunidade, que se inscrevem como manifestações identitárias do movimento.

De acordo com Rosimeire Diniz Santos, integrante da coordenação da Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, a abertura de um debate com a sociedade sobre mídia e poder no Maranhão, onde povos e comunidades podem expressar sua opinião da forma como são retratados pelas mídias, e da forma que deveria ser uma comunicação que contribuísse com suas lutas, é importante para enriquecer o debate. Ocorre que mesmo esse modelo de mídia alternativa e aparentemente democrática, simbolicamente, acaba também subjugando a comunidade. Em que pese a intenção seja a de proporcionar-lhe evidência, ao dividir a fala com suas lideranças, agem como porta-vozes daquela comunidade, ou seja, a voz não é a mesma.

Essa perspectiva de comunidade pensada de fora também carrega consigo um caráter uniformizador, e na tentativa de tratar a comunidade como protagonista daquele meio, através da linguagem que é própria da mídia, seja institucionalizada ou não, não se pode afirmar que é, necessariamente, uma emancipação da comunidade, pois não é ela de novo quem conta sua história, mas continua sendo um saber que suprime outros saberes socialmente construídos.

Diante dessa crítica a constatação que se chega é a seguinte: enquanto a mídia institucionalizada silencia quando sequer considera a comunidade como passível de aparecer, e, conforme não aparecem tenta-se passar a imagem de que não são detentoras dos direitos suprimidos pelo empreendimento; a mídia alternativa, em contrapartida, ao proporcionar uma leitura sobre a realidade da comunidade, dando-os visibilidade, não percebe, ao mesmo tempo, que os invisibiliza também, pois não são eles próprios, os donos da fala, de novo que a dizem. Assim, dão continuidade à função simbólica da mídia, a de separar e subjugar conhecimentos.

## **2 Guerra invisível: as nuances do poder simbólico na construção do discurso midiático**

O processo de naturalização de certas práticas na sociedade faz com que elas se tornem inquestionáveis, o que colabora para o incremento de perspectivas políticas e sua legitimação no que diz respeito à apropriação do espaço de fala. Dentre essas técnicas merecem destaque aquelas que nascem especialmente diante de algum quadro de crise ou negação de direitos. Nessa perspectiva é que Bourdieu estabelece uma linha de separação entre o que convencionou chamar de dominantes e dominados.

Bourdieu, em “Sobre a televisão” (1997), mostra que os dominantes caracterizam-

se por aqueles que detêm o monopólio real dos instrumentos de produção e difusão de conteúdos, como os jornalistas, apresentadores de programas e os publicitários. O lado dos dominados, por sua vez, é composto por aqueles que não possuem direito à palavra, os telespectadores, que embora possam motivar uma pequena parcela dos conteúdos a serem explorados, não possuem poder para determiná-los.

Não se pode duvidar que a produção midiática, seja por qual meio de comunicação que ela se dê, encontra-se sob permanente pressão do campo econômico, que é o principal responsável por sua atual modelagem. Esse tipo de violência simbólica evidencia as relações de poder existentes e mantém a influência dos grupos dominantes por meio da imposição de suas concepções, que podem se converter em modelos sociais e estilos de vida permanentes.

Segundo Jairo Ferreira (2005, p. 38), a mídia ocupa um lugar central nessa produção simbólica de saberes, especialmente nas sociedades contemporâneas, para tanto, chama essa nova roupagem de produção de conteúdo de “campo de produção de eventos midiáticos”, o que considera ser o oposto daquilo que se reconhece como espaço público, pois, para o autor, estes espaços não são abertos, em nenhum sentido, mas constituídos conforme as lógicas de produção capitalista e, conseqüentemente, de poder.

Decerto esse reconhecimento não causa nenhuma surpresa, pois historicamente não mudou. Durante muito tempo os meios de comunicação se concentravam nas mãos de uma elite descomprometida com os problemas sociais, ou seja, concentrava-se majoritariamente nas mãos de quem alimentava o poder hegemônico, de forma que estes utilizavam desse poder para fazer valer seus interesses. Com a democratização dos meios de comunicação e da informação, através da ascensão da internet, principalmente, é que a veiculação das mensagens puderam ter um alcance mais abrangente e inclusivo.

Nesse sentido convém destacar como a atuação promovida por tais mecanismos agem no intuito de desqualificar certas vidas em detrimento da reprodução da lógica desenvolvimentista, além de implicar na redução legítima de direitos e garantias desses povos. Merece relevo também perceber como a violência simbólica, perpetrada através desses discursos, tem contribuído na validação da retirada de direitos da comunidade, tendo em vista, que a maioria dos seus direitos são os aliados à preservação da terra e sua manutenção nela.

É por essa razão que uma das práticas que podem ser consideradas simbólicas na comunidade Cajueiro diz respeito justamente ao papel que a mídia desempenha, seja a institucionalizada seja a alternativa. Para fazer uma breve diferenciação entre os termos que, convencionalmente, serão usados durante esse capítulo, pode-se dizer que enquanto a mídia institucionalizada se debruça sobre os interesses do capital, a alternativa busca, através do contato com a comunidade, mostrar os fatos, de modo a desconstruir o primeiro discurso.

A partir de agora, passo a elencar algumas matérias acerca da situação da Comunidade Cajueiro e seu impasse com a WPR, com o objetivo de demonstrar como

esses tipos de mídia citados enquadram a comunidade e sua luta por direitos.

Os recortes a seguir referem-se às publicações de um jornal local de São Luís e região, o “Jornal O Imparcial”, uma plataforma nitidamente alinhada às pautas do governo do Estado, inclusive nessa esfera. Os destaques que serão feitos ao longo de sua redação são no intuito de chamar atenção para um tipo de discurso que se repete em praticamente todas as vezes que o jornal se propõe a trazer alguma informação que diga respeito à relação existente entre a construção do porto e a comunidade Cajueiro.

São expressões e ideias que se vinculam ao discurso desenvolvimentista, ou seja, evidenciam a geração de empregos e renda e a visibilidade da capital do Maranhão no que diz respeito à atração de outros investimentos. Percebe-se também que quase nunca a comunidade e os impactos que serão sofridos por seus moradores, sejam econômicos ou socioambientais, aparecem como pauta relevante, e sequer secundária, em outras palavras, simplesmente não é mencionado nada nesse sentido.

[...] A estimativa da empresa responsável é que cinco mil empregos diretos sejam criados graças ao novo terminal. Já a previsão do governo federal para investimentos no setor portuário do Maranhão nos próximos anos é de R\$ 1,782 bilhão, entre arrendamentos, prorrogações de contratos e autorizações de TUPs.

[...] Barbalho disse que os novos empreendimentos revelam a grande demanda existente no País para mais terminais portuários e afirmou que o setor vai continuar colaborando para o crescimento e desenvolvimento brasileiro.

(<http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2016/01/governo-autoriza-novo-terminal-de-uso-privado-no-maranhao> -- Governo autoriza novo Terminal de Uso Privado no Maranhão -- publicado: 06/01/2016 17h38, última modificação: 23/12/2017 10h35)

[...] O terminal é arrojado e promete transformar o Estado em um dos maiores canais de escoamento de produtos agrícolas do Brasil. “É certamente o maior investimento privado realizado em terras maranhenses em muitos e muitos anos”, comunica a WTorre, em nota divulgada para a imprensa nesta semana.

Além de soluções logísticas, o projeto aquecerá o mercado maranhense com a criação e 5 mil novos empregos diretos e indiretos. Destinado à movimentação de cargas de granéis sólidos e líquidos, carga geral e contêineres (importação e exportação), espera-se que o WPR Terminal Portuário traga desenvolvimento econômico e social.

“Milhares de empresas locais serão beneficiadas com a demanda a ser gerada pelas diversas fases da construção e a mão de obra local será devidamente capacitada não só para o trabalho de construção, como também de operação do porto, quando finalmente a fita inaugural for cortada”, diz a nota.

São Luís está próxima dos maiores mercados consumidores do mundo: Estados Unidos Europa e Ásia e, por isso, acredita-se que a região será, em médio prazo, o principal ponto estratégico de escoamento da produção nacional.

(<https://oimparcial.com.br/negocios/2017/12/gigante-investe-r-15-bilhao-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos-com-novo-porto-de-sao-luis/>) Gigante investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA – publicada em 29 de dezembro de 2017.

[...] A estimativa é de geração de 2,5 mil empregos diretos durante esta primeira fase, além dos empregos indiretos, sempre priorizando a contratação de mão de obra local. O pico de obra é previsto para ocorrer entre junho de 2019 e abril de 2021.

Este será um dos maiores portos de produtos a granel do Brasil, comum corredor logístico que envolverá o escoamento da produção de estados do Nordeste e Centro-Oeste. O movimento de cargas será de 7 milhões de toneladas de grãos por ano, 3 milhões de toneladas de fertilizantes/ano, 1,5 milhão de toneladas de carga geral/ano e 2,5 milhões de m<sup>3</sup> líquidos/ano.

(<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/se-inicia-a-construcao-do-porto-sao-luis/>) – Se inicia a construção do Porto São Luís – Publicado em 05 de setembro de 2018.

O discurso depreendido até aqui é o de que a construção do porto já é algo real e palpável, desconsidera, pois, toda e qualquer sorte de que o conflito entre a comunidade e a empresa possa resultar em “vitória” da comunidade. Nitidamente a intenção de tais reportagens é evidenciar o caráter progressista do empreendimento, não considera, em grau algum, falas e opiniões de líderes comunitários ou moradores.

Ao contrário da abordagem analisada acima anterior, tem-se aqui o demonstrativo de plataformas alternativas de comunicação, ou seja, formas de mídias que foram criadas com a proposta de contar a realidade da comunidade e os impactos que a construção do porto causará para os modos de vida locais.

Na tentativa de dar visibilidade à problemática da comunidade, é que os discursos veiculados através de plataformas alternativas de comunicação, como blogs e posts em redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram), apresentam uma visão mais voltada para os

problemas e dificuldades que as comunidades enfrentam, além de demonstrar como os impactos trazidos pela construção do porto tem o potencial de influenciar na existência destas.

A WPR ficou conhecida na capital do Maranhão em 2014, quando promoveu uma série de ataques para expulsar a comunidade tradicional do Cajueiro do local onde pretende construir seu porto. Sua dona, a WTorre, não tinha seu nome citado nessas transações, talvez para não atingir sua marca com o trabalho sujo desempenhado pela sua subsidiária. Entre esses ataques, destacam-se o uso de seguranças privados agindo com intimidação na comunidade, tentativa de instalação de cancelas para proibir os pescadores de terem acesso ao mar, derrubada de casas dos moradores, conluio com políticos, o que permitiu uma posteriormente suspensa concessão de terras no apagar das luzes dos governos ligados à Família Sarney.

(<http://cajueiroresiste.blogspot.com/>) - Empresa que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto – publicada em 07 de janeiro de 2016

#praquemnaosabe desde o ano de 2014, a comunidade Cajueiro, que se constitui como comunidade tradicional da zona rural de São Luís, perpassa por um conflito direto com a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa de engenharia e construção civil WTorre, visando a construção de um porto privado que atenderá diretamente aos interesses do agronegócio e de grandes corporações econômicas, ameaçando gravemente a permanência desta comunidade e de seu modo de vida.

Este absurdo compromete a vida de centenas de famílias que vivem ali e tiram seu sustento através da agricultura familiar, além da região ser um sítio arqueológico, ter fontes de água potável, manguezais, ecossistemas riquíssimos e abrigar o Terreiro do Egito, importantíssimo para a história das religiões de matriz africana no Maranhão, Brasil e no Mundo!

(<http://praquemnaosabe.com.br/blog/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>) – Comunidade do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção! – publicado em 20 de dezembro de 2017.

Na zona rural de São Luís (MA) fica a comunidade de Cajueiro,

com cerca de 500 famílias. O território é marcado por constantes conflitos: a área está cercada por fábricas de cimento, por uma usina termoeletrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja estrada de ferro passa ao lado.

Um dos impasses está no direito à propriedade. Apesar de a comunidade estar regularmente assentada pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), a empresa alega ser proprietária de boa parte da localidade

(<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/a-luta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>)

– A luta travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo – publicada em 24 de Abril de 2018

Ao buscar contribuir para a luta da comunidade, a mídia alternativa acaba solidarizando-se com suas causas, que apesar de externas, não lhes são alheias, evidencia uma contradição latente que existe entre os dois tipos de discursos. Nesse sentido, a seleção acerca daquilo que será ilustrado atende a tramas locais próprias, ou seja, não se desvincula do espaço de fala que cada um desses meios obedece. Reconhecer a distinção entre os dois significa também reconhecer e entender que, em que pese suas intenções, não deixam de ser formas de impor um saber-poder sobre a comunidade.

### **3. Escutem o grito do povo: as vias de opressão na Comunidade Cajueiro**

A mídia alternativa, nos termos em que foi apresentada no tópico anterior, pode ser traduzida enquanto forma de auxílio na resistência ao poder hegemonicamente instalado, este que procura submeter vidas vulneráveis à negação sistemática de seus direitos, através de discursos ilegítimos e opressores. Entretanto, ainda que se considere que a mídia alternativa seja um componente estratégico no processo de solução das contradições envolvendo as demandas da comunidade não há como negar que esta também se reveste de autoridade sobre aquela.

Nesse contexto, onde se reconhece a opressão advinda de ambos os lados é que Marilena Chauí conclui o seguinte:

Mas não só isso. O privilégio concedido às práticas científicas significa o privilégio das intervenções no real humano e natural tornadas possíveis por elas; ou seja, a técnica, sob a ciência moderna, se torna tecnologia, intervenção que se auto-afirma como legítima e necessária porque dotada de positividade científica. As crises e as catástrofes que decorrem periodicamente de tais práticas são socialmente aceitas como custos sociais inevitáveis e a sua superação reside em novas práticas científicas



de mesmo teor. Como o conhecimento científico não está distribuído socialmente de forma equitativa, as intervenções no real privilegiadas por ele tendem a ser aquelas determinadas por classes e grupos sociais que monopolizam o acesso à ciência (CHAUI, 2014, p. 35) (grifo nosso).

Por óbvio a carga de desconfiança que a comunidade nutre sobre as mídias institucionalizada/convencionais, contribuem para que elas se vejam amparadas nos discursos reproduzidos pelas mídias alternativas que, diferente da primeira, procuram atuar em conjunto com a comunidade e se mostram responsáveis pelo reconhecimento e reprodução de suas demandas, seja perante o Estado, seja perante a sociedade. Contudo, é importante perceber que esse modo de produção midiático também possui um caráter opressor. Não se discute aqui o grau dessa opressão, pois a opressão em maior ou menor grau continua sendo uma forma de violência simbólica. A discussão se estende sobre a exclusão dessa população tanto no acesso a esse tipo de saber quanto no usufruto dos resultados econômicos e simbólicos produzidos por eles, o que indica que a injustiça social assenta-se também na injustiça cognitiva (CHAUI, 2014, p. 35). Ou seja, esse tipo de saber concebido no campo midiático trata as comunidades como consequência e não como parte do processo.

É nítido que o alcance desses dois tipos de discursos atinge de modos distintos seus espectadores, o que se dá por diversos motivos, como por exemplo, condição social, localização, acesso aos meios de comunicação disponíveis. Decerto lutar pela democratização da informação é uma pauta fundamental, de absoluto interesse social e que desagrada a elite, que sempre atuou para calar a voz dos mais pobres. Entretanto, o cerne do problema a ser tratado aqui transcende a dualidade entre o discurso “bom” e o “mal” atribuído a essas duas plataformas, está muito mais ligado à forma como ambos chegam àquela comunidade, se é que chegam.

Tal indagação surgiu a partir de uma conversa realizada com o ex-líder comunitário da Comunidade Cajueiro, Davi de Jesus Sá, oportunidade em que o morador foi questionado se a comunidade já havia se sentido lesada ou, pelo contrário, amparada com alguma notícia ou reportagem que por ventura saíra a seu respeito, e se os moradores da comunidade tinham acesso ou conhecimento acerca das notícias que os envolviam, a resposta foi a seguinte:

[...] não... as reportagens que tiveram não foi desrespeitosamente não, agora também como eu falei, a gente não tem como apresentar nada... não tem em mãos dizendo que fizemos isso, isso e isso... ou um documento ou em vídeo... não tem acesso... como tava dizendo aqui, os meninos que tiveram ontonte [sic] aqui o menino até disse que ia fazer uma reunião pra mostrar o vídeo, porque não vai sair na televisão não... é na internet que vai sair, e aí essa internet ele disse que vai nacional e internacional...

eu tô querendo é isso aí mesmo, porque a gente até falou que a gente tem feito muitas, muitas dessas, mas a gente ainda não teve assim conhecimento... ainda não foi divulgado... se foi divulgado... isso aqui (apontando para um celular) não presta, tá aqui só de enfeite, a televisão eu não assisto muito e através de internet também eu não vou ver porque eu tô de mão redonda pra mexer nesse celular... eu ainda não sei mexer com ele direitinho, porque eu não estudei pra isso... agora tem que pegar, tem que chaleira pra ajudar aqui [...] a divulgação foi pouca ou quase nenhuma... e até por causa dessa falta de divulgação foi também... acho que os pessoal aí fora, o governador, o prefeito, ninguém fez ligação [sic] pra isso... e aí não sei... ainda outro dia mesmo veio outro rapaz aqui, uns jornalistas pra fazer uma filmagem aqui... trouxeram até drone... tudinho, fizeram através de drone, aí eu disse pra ele “olha aí gente, uma coisa que eu vou pedir pra vocês que eu acho que desde de 2014 eu nunca pedi pra ninguém não... esses vídeo aí era pra comunidade aqui ter... porque a comunidade aqui não sabe... o que é que estão fazendo? Ninguém vê nada... pelo menos a apresentação de uma coisa né? Não é passado nada, nem apresentado nada... então pra eles acho que não tá servindo de nada não... e por causa disso que tem muita gente que não se manifesta sobre nada [...] foi até o que eu questionei com os meninos... quer dizer, quase implorei né... “olha, vê se vocês dão um jeito de me dar esse vídeo ou então um documentário... tragam um documentário... porque aí até quando alguém da comunidade falar eu digo “ó tá aqui ó o que se fez”... mas aí não tem como mostrar nada, nadinha... aí ele me garantiu que ia me mandar alguns resultados, mas... [...] (grifo nosso)

Percebe-se, através da fala de Davi, que há um déficit no que diz respeito ao retorno para a comunidade acerca das produções midiáticas que saem a seu respeito, o que resulta em uma invisibilidade, portanto, de ambos os lados, principalmente quando se coloca em pauta a importância que essas produções poderiam trazer para a história e luta da comunidade.

Por conta da existência de contextos como o apresentado acima é que o “Observatório do Direito à Comunicação” defende que as concepções acerca do direito à comunicação devem ir muito além daquilo que se encontra imbricado nos direitos à liberdade de informação e de imprensa, a fim de sustentar tal assertiva baseia-se nas premissas adotadas pelo Relatório MacBride.

Sucintamente, o Relatório MacBride (1983), conhecido no Brasil por Um Mundo e Muitas Vozes, é um documento da UNESCO que discute questões comunicacionais ainda não resolvidas na atualidade. Dentre elas, está a falta de democracia na comunicação,

devido ao fluxo unidirecional de informação que resulta na sua verticalização (ALCURI; LUGON; CARVALHO; ZÔRZO, 2012, p. 1).

O documento reforça, explicitamente, a emergência do reconhecimento de um direito humano à comunicação como princípio jurídico, de forma que as premissas a serem utilizadas na sua caracterização devam abranger, principalmente, os seguintes requisitos: a) a presença de um fluxo de informação e conhecimento horizontal, privilegiando o diálogo em detrimento do monólogo; b) não restritivo aos detentores das novas tecnologias; c) que descentralizasse o poder e a riqueza; d) que buscasse a emancipação de todos os povos e suas respectivas culturas e; e) que priorizasse a radicalização da democracia.

Não é afastada aqui a possibilidade de se enxergar as mídias alternativas como principais atores dessa mudança na atualidade, entretanto, em que pese seu objetivo “democratizador”, o que ainda se percebe é justamente a presença de uma lógica que mantém a verticalização da informação na medida em que consideram as comunidades como objetos da notícia e não como sujeitos aptos a falar sobre aquele processo e receber a notícia efetivamente.

A par disso, Boaventura Sousa Santos (2014, p. 31) em que pese considerar que é através do diálogo e com a ação organizada dos grupos oprimidos que será possível fazer a distinção entre uma política emancipatória e uma meramente regulatória, acrescenta que

Sob a perspectiva da emancipação, as contradições que perpassam os Direitos Humanos tornam-se evidentes, tanto porque o conceito de sujeito de direito tem servido, no plano da regulação, para o exercício legal da violência e da coação de indivíduos e coletividades, quanto porque, no plano da emancipação, exigem redefinição para muito além do quadro jurídico positivo estatal. A utopia dos Direitos Humanos, tendo como inspiração a ideia de que a democracia é, antes e sobretudo, a forma sociopolítica de criação de direitos, opera afirmando que, doravante, se trata da criação e garantia (SANTOS, 2006, p. 43) (grifo nosso).

É verdade que o reconhecimento da situação de fragilidade da comunidade faz com que haja uma sensibilidade por parte de alguns atores sociais em revelar seu problema para fora daquele meio, porém estes pecam ao negligenciar o retorno dessas produções para a própria comunidade, seja como auxílio seja como memória, resultando em clara violação ao direito à comunicação daquele povo, que possui, para além do direito de informar e de se informar, o direito de ser informado.

Ou seja, mesmo aqueles que enxergam nesse tipo de produção uma via para prestar amparo à comunidade, concedendo a elas um espaço que as visibilize, acabam, ao se preocupar apenas com aquela aparição para o “lado de fora”, desconsiderando a

---

4 Davi de Jesus Sá, morador do Cajueiro e ex-líder comunitário da União de Moradores Proteção do Bom Jesus do Cajueiro. Gravação de áudio realizada em 30 de outubro de 2018, no Cajueiro e expressamente autorizada para disponibilização.

comunidade como destinatários dessa produção.

De acordo com Spivak (2010, p. 48) não se trata de uma descrição de “como as coisas realmente eram” ou de privilegiar a narrativa da história sob o ponto de vista progressista, mas, ao contrário, trata-se de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas.

É simbolicamente violenta porque os protagonistas, depois que fazem seu “papel”, são excluídos como espectadores da notícia, o que se deve a uma série de fatores pontuais, dentre eles, puderam ser constados os seguintes: ausência de internet e meios de comunicação e do retorno dos próprios produtores das mídias que não tem o interesse de compartilhar o produzido com a comunidade.

Não se quer dizer aqui que isso seja feito de modo intencional ou que, por conta dessa limitação, suas demandas, história e cultura não mereçam ser evidenciadas, pelo contrário, o que se pretende chamar atenção é no que tange à tensão existente entre os propósitos das duas fontes de informação e como elas impactam na vida da comunidade.

Reconhecer a existência da limitação de acesso da própria comunidade é reconhecer também a existência de uma seletividade no que atine ao repasse de conhecimentos. Tratar os moradores do Cajueiro enquanto sujeitos políticos através desses discursos perpassa por uma discussão muito mais abrangente do que simplesmente reconhece-los enquanto merecedores de visibilidade, significa compreender que as ideias advindas de meios contra-hegemônicos também podem ser dotadas de preconceitos.

Como consequência, não podemos compreender o campo da representabilidade simplesmente examinando seus conteúdos explícitos, uma vez que ele é constituído fundamentalmente pelo que é deixado de fora, mantido fora do enquadramento dentro do qual as representações aparecem. Podemos pensar no enquadramento, então, como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível da operação. O que surge nessas condições é um espectador que supõe estar em uma relação visual imediata (e incontestável) com a realidade (BUTLER, 2015, p. 112).

Em outras palavras, a articulação desenvolvida por esse tipo de mídia mascara a existência de um poder simbólico que reside por trás de sua intenção emancipatória. O discurso que pretende a igualdade entre os povos e o reconhecimento de direitos e garantias efetivas tende a cair por terra a partir do momento que a comunidade não se configura a um só tempo como protagonista e destinatária das informações que lhe dizem respeito.

Essa pauta é levantada em “Pode o subalterno falar?”, onde a autora, ao trazer os estudos feitos por Foucault para análise, conclui que ele está certo ao sugerir que “tornar

visível o que não é visto também pode significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha tido pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico”. (SPIVAK, 2010, p. 61)

A construção de um direito que emancipa, ao mesmo tempo que educa para a atuação, prescinde da participação dos sujeitos da comunidade em todas as facetas de operacionalização da técnica, sob pena de possuir igualmente uma dimensão opressora. O reconhecimento da condição de sujeito e de um lugar de pertencimento eticamente qualificado na sociedade, em contradição às condições sistêmicas de opressão, exclusão ou aniquilamento é relevante ao passo que se identifica como a negação sumária da existência de determinada camada da população se torna legítima na medida em que há uma autorização para que o processo midiático, sem distinção, conduza as decisões previamente produzidas em sistemas paralelos.

## REFERÊNCIAS

ALUTA travada pela comunidade de Cajueiro (MA) pelo direito de continuar existindo. Brasil de fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/24/aluta-travada-pela-comunidade-de-cajueiro-ma-pelo-direito-de-continuar-existindo/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

ALCURI, Gabriela et al. O Relatório MacBride: história, importância e desafios. 2012. Disponível em: <<http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. MACHADO, Maria Lúcia (Trad.). Sobre a televisão. Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 23-40.

COMUNIDADE do Cajueiro, uma das mais importantes do Maranhão e do Brasil, está ameaçada de extinção! Pra quem não sabe, São Luís, 20 dez. 2017. Disponível em: <<http://praquemnaosabe.com.br/blog/comunidade-do-cajueiro-uma-das-mais-importantes-do-maranhao-e-brasil-esta-ameacada-de-extincao/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

EMPRESA que ameaça acabar com comunidade no Maranhão ganha autorização do governo federal para construir porto. Blog Cajueiro Resiste, São Luís, 7 jan. 2016. Disponível em: <<http://cajueiroresiste.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

FERREIRA, Jairo. Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 35-44, jan. 2005. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087/1827>>. Acesso em: 9 out. 2020.

GIGANTE investe R\$ 1,5 bi e gera 5 mil empregos com novo porto no MA. O Imparcial, São Luís, 29 dez. 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/negocios/2017/12/gigante-investe-r-15-bilhao-e-vai-gerar-mais-de-5-mil-empregos-com-novo-porto-de-sao-luis/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira; CASTRO, Maria Ecy Lopes de; SANTOS, Neuziane Sousa de. Desenvolvimento, repertório de ação e mobilizações políticas: notas sobre o conflito na Comunidade Cajueiro. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.

NOBRE, Ana Kely de Lima. OLIVEIRA, Josemiro Ferreira. SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. Imaginário, imposição e resistência: o desenvolvimentismo no meio rural de São Luís, Maranhão. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

PEDRO, Viviane Vazzi.. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. "Na lei ou na marra nós vamos ganhar": a judicialização como estratégia de confronto político pela defesa do Cajueiro e seu território étnico. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos: uma introdução. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 5-20.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 23-40.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

# **Relatos de Experiência sobre uma Oficina de Grafite na Zona Rural de São Luís-MA**

## **Relatos de experiência sobre uma oficina de grafite na zona rural de São Luís-MA<sup>1</sup>**

Carla Cristina Barros Pinheiro <sup>2</sup>

Elio de Jesus Pantoja Alves<sup>3</sup>

Kellen Oliveira de Sousa <sup>4</sup>

Leidiane Lainy Silva Pereira<sup>5</sup>

Valéria Silva Siqueira<sup>6</sup>

Co-autoras: Maria Ecy Lopes de Castro <sup>7</sup> ;

Railde Paula Diniz Araujo <sup>8</sup>

PET Conexões de Saberes – Comunidades Populares  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, Maranhão

### **Resumo**

Seja uma mulher que inspira outras mulheres, Cajueiro resiste ao porto. Frases foram escritas por estudantes da Unidade de Ensino Básico Gomes de Sousa, Vila Maranhão, São Luís, após uma oficina de Grafite promovida pelo PET-Comunidades Populares/UFMA. A partir de uma enquete com os estudantes, constatou-se que muitos jovens eram das comunidades rurais que optaram por uma atividade de grafite. Por meio da oficina buscou-se sensibilizar os estudantes para a problemática socioambiental, violência e ameaças às comunidades onde moram decorrentes de empreendimentos industriais e portuários. O relato discorre sobre esta oficina ocorrida em 2019 por meio de 5 etapas, registradas com fotografias, iniciando com o histórico do grafite e as lutas contra a violência e repressão contra moradores da periferia. Ocorreram atividades de desenho, exercícios de pintura, com auxílios de teatralização, performances, sessão de vídeos sobre as temáticas discutidas. A finalização ocorreu com a grafiteagem de desenhos e frases no muro da escola, refletindo o sentimento de pertencimento dos jovens às comunidades. Os jovens expressaram preocupações com as injustiças sociais, a violência contra mulheres, desnaturalizando preconceitos sobre os problemas sociais atuais que lhes afetam.

**Palavras-chave:** Estudantes; Comunidade; Oficina.

---

1 Graduanda do curso de História e Petiana do grupo Pet Conexões Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão. Email: carlacbp97@gmail.com

2 Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia/tutor do PET Comunidades Populares/UFMA. Email: eliopantojalves@gmail.com

3 Graduanda do curso de Direito e Petiana do grupo Pet Conexões Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão. Email: kellen.oliveira@discente.ufma.br

4 Graduanda do curso de Design e Petiana do grupo Pet Conexões Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão. Email:leidianeperreira93@gmail.com

5 Graduanda do curso de Serviço Social e Petiana do grupo Pet Conexões Comunidades Populares da Universidade Federal do Maranhão. Email:valeriasilvasiqueira@hotmail.com

6 Socióloga- Pesquisadora do Gedmma na Universidade Federal do Maranhão. Email: mariaecy@yahoo.com.br

7 Graduada em Design 2016 pela UFMA. Mestra em Design 2019 pelo PpgDg - UFMA.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu da necessidade de relatar a experiência vivenciada através de uma oficina de grafite executada pelo PET Conexões de Saberes Comunidades Populares da UFMA na escola Unidade de Educação Básica Gomes de Sousa, na Vila Maranhão (São Luís-MA), zona rural de São Luís. Considerando que os adolescentes permanecem por um período significativo no ambiente escolar, percebeu-se que a escola constituía o campo mais propício à realização de uma atividade que poderia proporcionar reflexões críticas tendo por base a experiência vivenciada dos jovens. Desse modo, a ideia inicial consistiu numa atividade que permitisse uma prática que fosse interessante, lúdica e acessível aos jovens, considerando temáticas de seus interesses que nem sempre são trabalhadas na sala de aula.

Assim, durante o planejamento de atividades do grupo PET foi decidida a realização de uma oficina em 2019 na Unidade de Educação Básica Gomes de Sousa, na Vila Maranhão (São Luís-MA), em razão de sua localização, e por atender estudantes provenientes de comunidades tradicionais da região, que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que têm seus territórios ameaçados pelos efeitos perversos de projetos de desenvolvimento que lhes afetam diretamente: logística portuária, indústrias, expansão imobiliária, rodovias, ferrovias, além de empreendimentos variados ligados à exploração mineral (areia, pedra, etc).

Esta atividade foi antecedida de um conjunto de reuniões de planejamento entre janeiro e março de 2019. Posteriormente, foi realizada uma visita na escola a fim de apresentar o grupo PET, bem como seus princípios e pilares de atuação. Em março de 2019 foi aplicado um questionário apresentando diferentes propostas de atividades com três turmas da 8ª série, o que resultou na escolha da maioria dos alunos por uma oficina de grafite. Posteriormente, no segundo semestre de 2019 iniciaram as atividades práticas de pintura e de desenho e escolha do muro interno da escola para realizar o experimento com os alunos e inclusão dos alunos do 9º ano, resultando em uma turma de 13 estudantes participantes assíduos.

O grafite, para além da parte visual e prática em linhas gerais buscou provocar a reflexão de temas transversais importantes, tais como questões de gênero, racismo, homofobia, injustiça ambiental, territorialidades, violência urbana, desigualdades sociais, dentre outras questões de interesse dos adolescentes e jovens que se inscreveram na atividade. A ideia da oficina também foi a de inserir esses jovens nas discussões e participação sobre as lutas por direitos e pelo reconhecimento da importância das comunidades rurais, do ponto de vista ambiental, econômico e sociocultural, e dessa forma exercitar a cidadania pelo direito aos seus modos de vida, considerando que as comunidades de onde vivem estão situadas em territórios que permitem a obtenção de recursos naturais para a subsistência sem depender exclusivamente da rede de mercados, e dessa forma uma relativa segurança alimentar que tem sido ameaçada continuamente.

A partir desta percepção a oficina procurou despertar o sentimento de pertencimento tendo como ponto de partida o próprio contexto histórico vivido. E dessa forma, o grafite

foi pensado como uma ferramenta do registro da realidade, funcionando como mecanismo de crítica e de externalização das emoções, sentimentos, liberdade e de transformações sociais e culturais. A escola foi então percebida como um espaço institucional importante para o exercício do pensamento crítico acerca dos temas propostos, visto que a escola constitui um subsistema do mundo social e deve representar os interesses da comunidade na qual está inserida.

A Unidade de Educação Básica Gomes de Sousa encontra-se localizada na Zona Rural II de São Luís, na Vila Maranhão e recebe alunos de diversas comunidades como Rio dos Cachorros, Taim, Cajueiro, Porto Grande, Limoeiro, Vila Maranhão, São Benedito, Murtura, Laranjeira e outras. Essa região vem enfrentando desde meados da década de 1970 lutas contra empresas, o próprio Estado e grileiros de terras que cotidianamente ameaçam as vidas dos moradores. Os efeitos destes empreendimentos ao mesmo tempo que destroem o ambiente vital para as comunidades, geram processos de resistências em defesa dos modos de vida evidenciados por vários estudos Mendonça, 2006; Alves, 2016; Sant`Ana Júnior e Alves, 2028).

Essa área é vista pelos empresários e por alguns representantes do Estado como uma área com “vocação para indústrias”, desconsiderando os modos de viver e as comunidades. Segundo Junior e Silva (2010, p. 172):

Além da funcionaliza o da área para a industrializa o, as justificativas ainda tentaram desqualificar a forma de ocupa o e homogeneizar os povoados presentes ao tratá-los como ocupa es dos últimos quarenta anos. Dessa forma, ignora-se que há povoados que ocupam a área há mais de cem anos e que apresentam modos específicos e diferenciados de se apropriar do território e de se relacionar culturalmente com o mesmo. Também ignora-se que a área   formada por um mosaico de povoados que se interligam e se relacionam afetivamente (via rela es de parentesco, compadrio, amizade), economicamente (através de um complexo sistema de trocas de produtos e serviços), religiosa e culturalmente (através de seus santos festejados, crenças religiosas, manifesta es culturais diversas) e ecologicamente (na medida em que os recursos ambientais específicos de um dado território podem complementar as necessidades de outro).

As histórias centenárias, seus laços intercomunit rios e suas práticas cotidianas podem ser observados nas festividades e nas rela es de trabalho. Isto pode ser observado durante a oficina quando os jovens expressaram por meio dos exercícios o sentimento e o sentido que o território possui para suas vidas. Manifestaram também aspectos dos constantes conflitos e ameaças às lideranças e moradores, sobretudo em momentos de a es conjuntas quando se posicionam coletivamente diante das injustiças, como a destrui o provocada pela Estrada de Ferro Carajás, por termelétrica, fábricas

de fertilizantes, siderúrgicas, que atingem os territórios, sobretudo como a destruição da vegetação, de igarapés, fechamento de acesso ao mar. Alguns relatam relataram que recorrentemente são impedidos de se deslocarem para escola com a passagem do trem que demora muito tempo, ou mesmo depois que o trem passa já estão atrasados para assistirem aula. Outras situações relatadas refletem as dificuldades no que tange a falta de políticas públicas para as comunidades como melhoria no transporte, instalação de posto de saúde que funcione, mais escolas, segurança, etc. Estas questões surgiram durante as atividades que descreveremos a seguir.

## 2. ETAPAS DE EXECUÇÃO DA OFICINA DE GRAFITE

A oficina teve a participação dos membros do PET Comunidades Populares e em algumas atividades teve a colaboração da professora Maria Ecy L. Castro, graduada em Ciências Sociais pela UFMA que tem experiências com educação ambiental na zona rural de São Luís, sendo que a oficina foi coordenada e executada por Railde Paula, graduada e mestre designer pela Universidade Federal do Maranhão com experiência de educação popular com a arte do grafite. A oficina foi desenvolvida da seguinte forma:

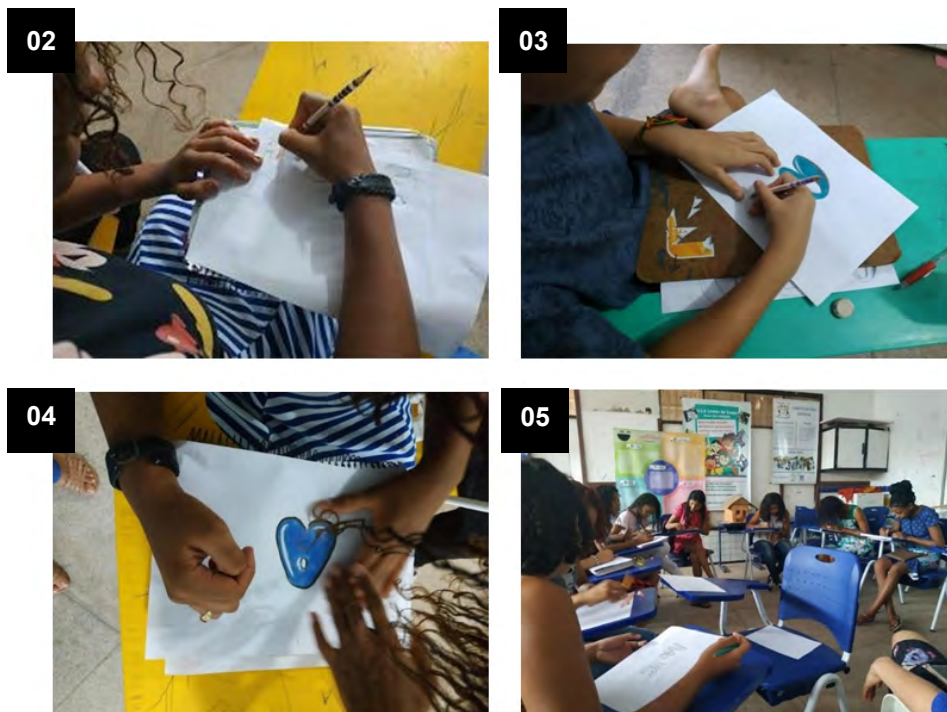
- Etapa 1: Histórico sobre o grafite;
- Etapa 2: Construção do alfabeto bomb e aspectos sobre luz e sombra;
- Etapa 3: Aula teórica e prática sobre o stencil;
- Etapa 4: Conhecimento dos sprays;
- Etapa 5: Preparação do local onde se vai fazer o grafite e discussão de temas relacionados a comunidade que podem ser abordados para desenvolvê-lo;
- Etapa 6: O grafite.

**Etapa 1:** Nesta etapa, foi desenvolvido com os alunos o contexto histórico, o que é o grafite, o público relacionado a este, os artistas da região que realizam esse tipo de arte, como o grafite é visto pela sociedade, pensando os impactos que ele pode causar nesse espaço, uma que traz discussões acerca de temas sociais, sobretudo políticos.



Fonte: Arquivo do Pet 2019

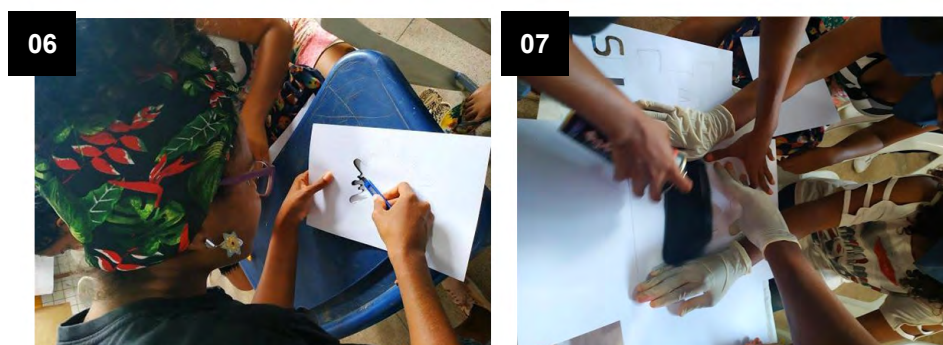
**Etapa 2:** Aplicação de luz, cor, sombra e contorno da letra no alfabeto bomb. Foi mostrado para os alunos como desenvolver o alfabeto bomb, este alfabeto é muito utilizado no grafite. Depois de aprenderem como construir as letras, fizeram o estudo do direcionamento da luz para fazer aplicação de cores, contorno e sombra nas letras.



Fonte: Arquivo do Pet 2019

### **Etapa 3:** Stencil:

Nesta etapa, foi mostrado aos alunos quais tipos de papéis poderiam utilizar para fazer o stencil, que seriam papéis com gramaturas a partir de 240g, que possibilitaram com que fosse feito cortes com estilete e permanecesse firme e também não iriam estragar com a tinta. Uma outra dica dada a eles para uma durabilidade maior sobre o stencil é encapá-lo com papel contact. Ainda nesta etapa aprenderam como poderia ser feito o desenho, para que quando fosse passado a tinta, o desenho ficasse com o formato desejado. Para isto foi falado um pouco sobre o processo de figura e fundo. Depois de ensiná-los como fazer o desenho, foi mostrado como manusear o estilete para poder cortar o papel para se transformar no stencil.



Fonte: Arquivo do Pet 2019

08



Fonte: Arquivo do Pet 2019

#### **Etapa 4:** Conhecendo os sprays:

Nesta etapa foi ensinado como agitar, tirar o ar da lata, fazer aplicação na parede, explicando como fazer o preenchimento do desenho, junção de cores para fazer degradê, os alunos tiveram conhecimento de como fazer os tipos de traços, também foram apresentados aos pinos ou fats que fazem efeitos no grafite como, traço fino, traço cheio, bolinhas. Os alunos também puderam testar os stencils com o spray. Aprenderam como fazer o preenchimento de forma correta para não manchar e a tinta não escorrer. Nesta etapa também os alunos foram divididos em dois grupos, um que representasse o cajueiro, comunidade da Vila maranhão que vai passando por sérias dificuldades e o outro que falasse sobre o empoderamento feminino. Os alunos ficaram responsáveis em fazer desenhos referente aos temas para trazer no dia que fosse feito o grafite.

09



10



Fonte: Arquivo do Pet 2019

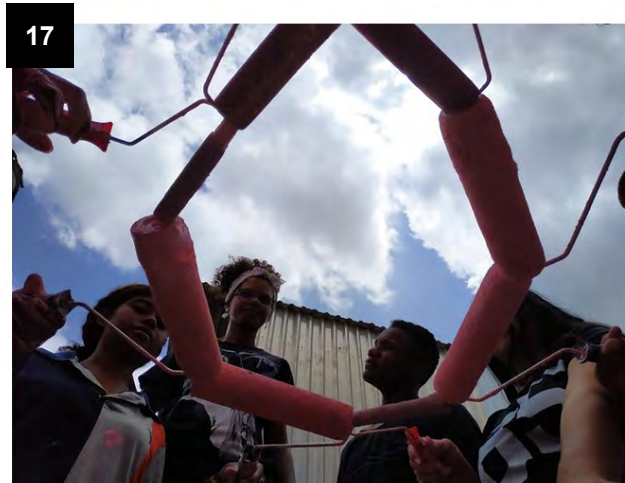
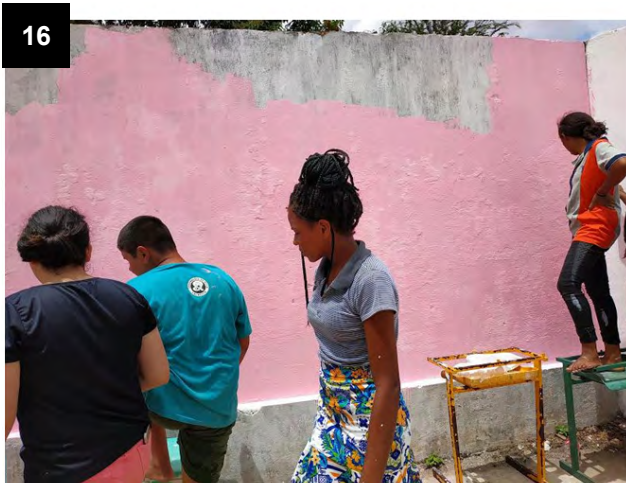


Fonte: Arquivo do Pet 2019

**Etapa 5:** Preparação do local onde se vai fazer o grafite - Primeiro se começou pela escolha do local onde ia ser realizado o grafite na escola. Esta escolha foi feita junto com os alunos. Para fazer o grafite foi escolhido o muro que ficava em uma lateral na quadra esportiva da escola, onde os alunos são muito presentes. Depois da escolha do local, foi feita uma pintura do muro com cal branco pelos alunos, para que as manchas fossem retiradas, em seguida foi passada uma camada de tinta acrílica que é passada para que o grafite dure mais tempo.

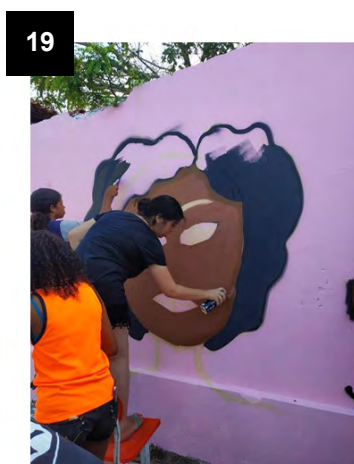


Fonte: Arquivo do Pet 2019



Fonte: Arquivo do Pet 2019

**Etapa 6:** O grafite - Depois da preparação do muro, os alunos mostraram os desenhos que haviam feito referente aos temas, escolheram quais desenhos iriam construir e em seguida o trabalho de pintura no muro. Primeiro foram feitos os desenhos a lápis e spray para delimitar onde seriam as regiões a serem pintadas, esse processo foi feito pelos alunos com a orientação daicineira Railde Paula e integrante do PET Leidiane Pereira que fez parte da coordenação e apoiou na execução das atividades, uma vez que é estudante do curso de design da UFMA. Este foi o momento dos alunos colocarem em prática os ensinamentos teóricos e práticos ministrados em sala. Depois de realizados os desenhos, foi feito o preenchimento dos mesmos, depois dos desenhos preenchidos foram feitos os contornos e a aplicação de luz e sombra para dar efeito ao grafite. Para compor o grafite foram usados stencils confeccionados pelos próprios alunos.



Fonte: Arquivo do Pet 2019



Fonte: Arquivo do Pet 2019

Durante a pintura dos muros, notou-se que cada grupo elaborou desenhos com significados carregados de história e memória. Os desenhos retratam a situação vivenciada pela comunidade do Cajueiro, onde moram alguns alunos da oficina. Outro tema que foi expresso na pintura do muro foi a questão do empoderamento feminino que havia sido discutido durante as atividades em sala de aula.

Apesar dos temas possuírem várias possibilidades de abordagem, os estudantes optaram por frases que remetem à realidade por eles vivenciadas e que representam



as injustiças que sofrem as comunidades onde vivem, representando a paisagem e o pertencimento de cada um no contexto do território. As imagens traduzem de imediato a situação da comunidade do Cajueiro, mas também, a situação de todos os territórios tradicionais ameaçados pelos efeitos de grandes empresas capitalistas.

Inicialmente houve dificuldades de obter relatos mais diretos sobre a situação expressada no final da oficina. Isto porque demandou um maior contato e mais troca de diálogos e estabelecer confiança para que seus relatos pudessem ser compartilhados. As frases como: “Seja uma mulher que inspira outras mulheres!” e “Cajueiro resiste ao porto!”, surgiram desse espaço de debate com os alunos e do resgate de suas trajetórias dentro da comunidade.

### FOTOS DO ENCERRAMENTO



Fonte: Arquivo do Pet 2019

Após o encerramento da oficina, quando os membros do PET retomaram as sessões de estudos com debates sobre o sentido de “comunidade” de Z. Bauman, pudemos retomar reflexões a partir da experiência da oficina e principalmente dos relatos dos jovens que nos mostram o quanto a questão da identidade é atravessada pelos processos de conflitos e de violência produzidos intencionalmente por um sistema econômico no qual as comunidades são vistas como obstáculos no caminho dos agentes do capitalismo. Para Bauman (2003, p. 17-18):

[...] O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” — “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam [...]

Numa condição em que as comunidades podem unificar suas lutas pelo sentimento de pertencimento, pelas injustiças que lhes são comuns, uma das estratégias elementares adotada pelas empresas é exatamente investir na sua desintegração, na desunião, no conflito interno, na separação, na cooptação de seus membros e por fim na quebra da solidariedade no que se constitui no sentimento de pertencimento. É contra isto, sobretudo, que o capital investe antes de avançar em seus planos.

A oficina de grafite nos revela o quanto uma escola pode potencializar o exercício da cidadania se propicia aos estudantes conteúdos e formas de aprendizagem que retratem a realidade a partir da vivência de seus alunos. A oficina, embora uma experiência muito restrita e com muitas dificuldades de execução, proporcionou momentos gratificantes, estimulantes e sobretudo, de aprendizagem e de reflexões sobre questões que segundo os jovens não são devidamente trabalhados nas disciplinas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. 2016. “Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil”. *L'Ordinaire des Amériques* [En ligne], 221, mis en ligne le 18 novembre. Disponível em <http://orda.revues.org/3178>; DOI: 10.4000/orda.3178.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 138 p. Tradução de Plínio Dentzien.
- MENDONÇA, Bartolomeu. *Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço*. 2006. Monografia (Curso de Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, Elio de J. Pantoja. *Mina-ferrovia-Porto: no “fim de linha”, uma cidade em questão*. In. *Mineração: violências e resistências* [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.— Editorial iGuana; ABA, 1.ed.— Marabá, PA, 2018.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; SILVA, Sislene Costa da. *Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território*. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 07, n. 13, p. 159-172, 25 jan. 2010. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/177/125>. Acesso em: 17 mar. 2021.

# **Trilhos e Memórias: as formas de resistências nas comunidades no Corredor Carajás**

## Trilhos e Memórias: As Formas de Resistências nas Comunidades no Corredor Carajás<sup>1</sup>

César Alessandro Sagrillo FIGUEIREDO <sup>2</sup>

Carmem Barroso RAMOS <sup>3</sup>

Jean Pierr de Sousa Viana FIGUEIREDO <sup>4</sup>

Matheus Carvalho de ABREU <sup>5</sup>

### Resumo

Esta comunicação é o resultado de uma pesquisa financiada pela FAPEMA, que busca o estudo das relações entre as empresas de grandes capitais e as comunidades impactadas na região amazônica, tendo como eixo a supressão dos direitos humanos e a participação das instituições mediadoras dos conflitos no corredor Ferro-Carajás. O trabalho possui como objetivo principal analisar processo socioeconômico, a partir das decisões da comunidade de Piquiá de Baixo, junto com seus apoiadores, nesse cenário de enfrentamento dos grandes projetos econômicos no Maranhão. Possuímos como referencial teórico a construção da memória e das lembranças, enquanto uma das formas condutoras da resistência frente aos problemas de desrespeito à vida, buscando as reflexões teóricas de Delgado (2006); Bosi (1994) e Pollak (1992). Metodologicamente, este trabalho embasa-se numa pesquisa qualitativa, a partir de revisão bibliográfica, observação participante e entrevista com os moradores da região. Como resultado de pesquisa, compreendemos que a desagregação espacial examinada iniciou com a abertura da Amazônia brasileira para a economia de mercado nos anos 50 e 60 do século XX e, posteriormente, ocorreu a expulsão dos camponeses como primeira forma de supressão dos direitos humanos na região pelas grandes empresas, principalmente, no último período com a expansão do Corredor Ferro-Carajás.

**Palavras-chave:** Amazônia Oriental; Comunidades Rurais; Memórias; Ativismo digital

Esta comunicação possui como objetivo principal examinar as formas de denúncia, de lutas, de resistências e de vida dos moradores do Piquiá de Baixo, em Açailândia/MA, tendo como locus privilegiado de análise da memória e das representações dos moradores nas páginas das mídias digitais, materializadas em histórias de vida. Esta comunidade possui algumas características bem particulares, pois fora construída pelo contínuo processo de luta, primeiramente pelo percurso de fixação em uma área de riquezas naturais consideráveis, a partir do advento da rodovia Belém-Brasília, nos anos 70, posteriormente,

---

1 GT 5: Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento

2 vinculado como Prof. Dr. na Universidade Federal do Tocantins (UFT) – e-mail Cesarpolitika@gmail.com.

3 vinculada como Profa. Dr<sup>a</sup>. na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) – e-mail carmembarr@gmail.com

4 vinculado como acadêmico na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – e-mail jeanviana40@gmail.com

5 vinculado como acadêmico na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e-mail matheusmd343@gmail.com.

pelo processo de conflito advindo da instalação das siderúrgicas de ferro gusa.

A fim de trabalharmos com este universo, cumpre trabalharmos o artigo nos seguintes percursos, justamente com o intuito de melhor enquadramento no objeto pretendido, quais sejam: 1) o cenário da comunidade e a sua importância dentro do lócus da Amazônia Oriental, visando, portanto, o enquadramento da região, da cidade e da comunidade de Piquiá em face dos primeiros conflitos advindos da expansão do agronegócio e das empresas mineradoras; 2) as vozes da comunidade de Piquiá, destacando neste momentos as consequências deletérias causadas por essas grandes indústrias, assim como o impacto no cenário urbano/rural híbrido na Amazônia Oriental e a tentativa de irromper essas invisibilidades; e, 3) as transformações das reivindicações em atos políticos, dando destaque sobremaneira para o trabalho desenvolvido nas mídias digitais, por exemplo, a página no Facebook da Justiça nos Trilhos <sup>6</sup>.

Para efeito metodológico tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, em que trabalharemos com a metodologia de análise através da cartografia social, como forma de estudo articulador e dinâmico das referências reunidas no trabalho de campo, quais sejam: representações e relações de força; movimentos e enfrentamentos. Como técnicas de pesquisa que melhor subsidiaram nosso trabalho em campo, operacionalizamos revisão bibliográfica, reconstituição histórica, histórias de vida e, sobretudo, análise de discurso dos materiais digitais com vistas a compor o tema da pesquisa, para, desta forma, convergir ao objetivo proposto.

## **1. Vidas em conflito na Amazônia Oriental**

A fim de enquadrarmos e analisarmos a cidade de Açailândia dentro do escopo deste artigo, primeiramente, devermos situá-la espacialmente dentro do lócus geográfico em que fazem parte. Açailândia está inclusa na região metropolitana da cidade de Imperatriz, considerando esta cidade como um polo regional e integrante da Mesorregião Oeste maranhense, com localização limítrofe entre o Sudoeste do estado de Maranhão e norte do Tocantins.

Torna-se importante compreendermos Imperatriz como Cidade Polo, referenciando-nos em Milton Santos (SANTOS, 2008; SANTOS & SILVEIRA, 2001), onde o autor enfatiza que uma cidade adquire relevo como polo quando possui uma funcionalidade que abrange além do seu próprio espaço, igualmente, as cidades circunvizinhas do seu entorno; vindo a torna-se, por conseguinte, uma cidade principal através dos setores de serviço, trabalho, assim como construindo ações, redes e relações de poder, moldando o espaço geográfico em que está e interligando-se geograficamente através da região.

Nessa perspectiva, este processo de gênese da cidade deve ser explicado pelo universo de expansão das malhas rodoviárias nacionais, a partir dos anos 50, com a

---

<sup>6</sup> A rede social tem atualmente 2 bilhões de usuários ativos e cerca de 127 milhões de usuários ativos no Brasil, sendo a maior plataforma em termos absolutos. In: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/01/28/facebook-anuncia-medidas-para-proteger-privacidade-dos-usuarios.htm>. Acesso em 2 maio de 2020.

construção da rodovia Belém-Brasília (FRANKLIN, 2008), que fez com que houvesse um processo de rápida emergência da região no cenário regional. Tornando a cidade de Imperatriz o principal destaque expansionista e, conseqüentemente, a futura Açailândia emergindo junto neste cenário.

Desta forma, Açailândia nasceu como reflexo dessa expansão, fruto principalmente dos diversos migrantes que vieram se alojar à beira da estrada Belém-Brasília, vindo a ter uma grande absorção dessa mão de obra migrante pelo trabalho na rodovia.

Devemos ainda considerar as características do bioma local, que fez com que ocorresse um rápido processo de assentamentos dessa população migrante, criando, conseqüentemente, prósperas comunidades rurais. Quanto ao bioma, torna-se pertinente realçar suas características, pois este se apresentava como um recurso natural favorável para esse processo de fixação dos trabalhadores rurais. Uma vez que se encontrava em uma rica zona de convergência entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e a Mata dos Cocais, esta última tendo grande relevo no cenário pelo manejo das comunidades tradicionais das quebradeiras de coco babaçu desde este período.

Destacamos que esse cenário natural e seus primeiros núcleos formativos vieram a ser muito ameaçados nos anos posteriores, exatamente, pelos ciclos econômicos que se sucederam na região, quais sejam: 1) ciclo madeireiro; 2) ciclo do ouro; 3) ciclo do agronegócio, ampliado, atualmente e, 4) com o ciclo das empresas de ferro gusa, que vieram a se instalar exclusivamente na região de Açailândia.

Nesse processo de instalação do capital, enfatizamos que houve severos processos de rupturas locais em Açailândia, no seguinte gradiente: 1) primeiramente da comunidades tradicionais extrativistas sendo expulsas pelos diversos ciclos econômicos; 2) posteriormente, houve a expulsão dos trabalhadores rurais e pequenos posseiros, que se instalaram na região a partir do advento da rodovia Belém-Brasília, sendo estes empurrados para fora das suas zonas de trabalho com a chegada dos latifúndios e das grandes indústrias no início dos anos 80.

Esse processo extremamente dialético visava, sobremaneira, a conjugação da construção do capital com desenvolvimento econômico da cidade de Açailândia, melhor dito, a sedimentação dos centros corporativos em detrimento dos moradores de áreas rurais.

Fato social que gerou até o presente momento inúmeras sequelas para a população residente na cidade, uma vez que, obviamente, o grande capital não conseguiu absorver toda a comunidade para seus postos de trabalho, causando, por conseqüência um grande processo de exclusão social.

Salientamos, também, que em virtude desses ciclos econômicos, houve um contínuo processo de proletarização do campo. Essa dinâmica de proletarização, nos anos seguintes a instalação do agronegócio, e principalmente das empresas de ferro gusa, veio a transformar trabalhadores rurais em empregados da indústria.

Ainda, além da tentativa de aniquilamento da produção agrícola familiar, sublinhamos

que o fato de fomentar essas grandes indústrias na cadeia local trouxe como última consequência a quase extinção de parte do bioma da região, portanto, da natureza como forma de sobrevivência dessas comunidades rurais em seu habitat natural.

De igual modo, verificamos, em virtude de ser uma zona de constante grilagem por grandes latifúndios, a ocorrência de severos conflitos de terra, principalmente registrados a partir da década de 1970 e 80, em face do advento das grandes pastagens para uso comercial do gado, ganhando, como era de se esperar no período a força da bala e do capital (TEIXEIRA, 2016).

Açailândia foi emancipada de Imperatriz em 1981, portanto, marcada por todos esses conflitos, porém, mesmo assim, contraditoriamente, veio a tornar-se uma cidade extremamente atrativa para o grande capital por motivos diversos. Evidenciamos que neste período vivíamos o crepúsculo da ditadura civil-militar (1964 – 1985), que mesmo estando nos seus estertores finais ainda tinha muita força autoritária.

Esse início dos anos 80, é marcado por toda a expansão do ciclo do extrativismo mineral na região Norte do Brasil, e justamente pelas especificidades regionais de Imperatriz e o seu entorno com destaque para Açailândia. Esses lócus geográficos sofreram com todo o reflexo do boom econômico do período, tornando a cidade de Imperatriz o centro comercial, especialmente do ouro, e Açailândia como futuro escoador da produção das siderúrgicas, em face justamente de passar pela cidade a estrada de ferro Carajás provinda do Norte do Brasil, trazendo o material das minas de extração.

Nas décadas de 1980 se instalaram cinco siderúrgicas em Açailândia, quais sejam: Ferro Gusa do Maranhão S/A (FERGUMAR), Viena Siderúrgica e Cia, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré (COVAP), Gusa Nordeste e Siderúrgica do Maranhão S/A (SIMARA), empresas responsáveis pelo melhoramento do minério extraído da região amazônica, conectando-se à exportação internacional das grandes indústrias.

Obviamente que este processo de expansão das grandes corporações trouxe grandes avanços para as cidades que se beneficiaram desse fausto econômico, tanto Imperatriz, como entreposto comercial, quanto para Açailândia, que se tornou um grande polo industrial de processamento mineral (REIS, 2013). Porém, mais uma vez realçamos que este fausto não foi generalizado para todos os segmentos, visto que, via de regra, estas grandes indústrias de transformação que utilizam tecnologias de ponta, absorvem de forma não qualitativa a mão de obra local para o processo produtivo, delegando essa função à mão de obra especializada, vinda dos grandes centros nacionais, sendo muito bem remunerados.

Entre as comunidades que mais gravosamente sentiram esses impactos deletérios do grande capital em Açailândia foram os moradores do bairro Piquiá, especificamente da Comunidade de Piquiá de Baixo, uma vez que houve um processo forte de instalação dessas empresas no entrono da localidade, não somente asfixiando o seu habitus<sup>7</sup> rural/urbano híbrido.

---

7 Refletimos a questão de habitus a partir do aporte teórico de Bourdieu, em que o autor elabora a relação entre indivíduo e sociedade com base nesta categoria, afirmando que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O habitus é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 101).

Como também transformando a vida de todos os moradores da comunidade numa situação extremamente complexa, principalmente com impactos e sequelas na saúde. A partir dessa condição insalubre, houve uma grande crítica por causa das perigosas condições de vida, em razão da fuligem e da poluição, assim como dos acidentes graves e pela falta de planejamento ambiental dessas grandes empresas.

Em resposta ao pouco caso governamental, houve um processo lento, mas contínuo de empoderamento da comunidade local brigando por justiça, por saúde, entre outros direitos, ou seja, justamente com o objetivo principal de fazer frente a esse processo altamente impactante e que tanto prejudicou suas realidades rurais e trouxe diversos conflitos às suas vidas, assim como forçando um novo habitat campo/cidade (SILVA, 1997).

## **2. A resistência tecida nos fios das lembranças**

Os projetos econômicos (ferrovias, siderúrgicas) inseridos dentro das comunidades condicionam as populações, como no caso de Piquiá de Baixo a viverem uma luta constante pelos seus direitos. Essa luta é tecida a partir de suas memórias individuais e coletivas. Essas memórias somadas reverberam para além de suas fronteiras.

As práticas narrativas tendo a memória e a oralidade como pedra fundamental nos auxiliam no entendimento do conjunto de lembranças dessas pessoas espoliadas por grupos empresariais. (ZILBERMAN, 2010) nos diz que a oralidade é igualmente expressão mais credenciada da memória, aproxima não apenas as palavras e os seres, mas também as pessoas, falantes e ouvintes

Na esteira do lembrar e relembrar dessa comunidade, enquanto uma das formas condutoras da resistência frente aos problemas de desrespeito à vida, buscamos as reflexões em Delgado (2006); Bosi (1994) e Pollak (1992).

Bosi (1994) a partir de sua pesquisa sobre as lembranças de velhos, percebe que o sujeito não lembra de uma ou outra imagem. Ele evoca, dá voz e faz falar o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca ele está vivendo atualmente e com intensidade nova sua experiência.

Em Piquiá de Baixo, por exemplo, as lembranças de Dona Doca, Sr. Joaquim, Dona Tida são expressivas nessa intensidade de contar os acontecimentos e fazê-los fios fortes de resistência. A afirmação de Dona Doca na frase, “toda minha memória é daqui”, reforça sua insistência em não esquecer dos fatos passados e os recentes. Essas memórias são documentos relevantes para todas as gerações.

A memória é explicada por Delgado (2006) como uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente. A memória é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de temporalidades diversas.

Assim, a memória é um fator preponderante que, segundo Delgado (2006) é a principal fonte dos depoimentos orais, sendo um conjunto de muitas variáveis: temporais, individuais, coletivas, geográficas que dialogam entre si, revelando lembranças de forma explícita ou velada.



A escuta das lembranças das pessoas de Piquia de Baixo abarca um leque de histórias que vai das agradáveis às histórias sofridas, sendo estas fruto dos embates e conflitos diários vivido pela comunidade.

Ao escrever sobre memória, esquecimento e silêncio Pollak, (1992) percebe a memória como operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre grupos de diferentes tamanhos. Para manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis duas funções essenciais da memória comum de um grupo.

Pollak (1992 p. 4) ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Ao se referir as memórias proibidas ou subterrâneas o autor diz que existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios e não-ditos. Esses silêncios são moldados pela angústia de não encontrar uma escuta. No entanto, uma vez que as memórias subterrâneas são ouvidas, elas invadem o espaço público. Dessa forma múltiplas reivindicações invadem a cena do cotidiano.

É emblemático as lembranças de Dona Doca sobre a construção do Clube de Mães na Comunidade de Piquia, nas lembranças de Dona Doca está presente a força e garra de todas as mulheres do bairro. Esse lugar construído coletivamente é o lugar do encontro, lugar de falar sobre os problemas que enfrentam no dia a dia com as empresas que lá se alojaram. Sendo também o lugar onde buscam traçar resistências para sobrevivência de todos.

### **3- Resistência nos trilhos: a comunicação como arma política.**

O objeto desta parte da análise é focar a resistência dos moradores no Facebook, através da Rede Justiça nos Trilhos (Jnt) enquanto construção simbólica, que podem ser localizada pelo endereço <https://www.facebook.com/justicanostrilhos/>. A rede é um movimento do qual faz parte a Associação de Moradores de Piquiá. As plataformas da rede trazem as atividades das comunidades do Corredor Carajás que lutam por seus direitos socioambientais. São comunidades urbanas, rurais, quilombolas e indígenas.

Além do fechamento de estradas, ações de integração e processos jurídicos, a Rede Justiça nos Trilhos apostou nas mídias digitais, através do corpo técnico e de estratégias de visibilidade e de empoderamento da comunidade de Piquiá de Baixo. No caso de Piquiá, uma das principais frentes é efetivar o reassentamento das 312 famílias e as mais de mil pessoas, que reunidas na assembleia dos moradores, decidiram pela saída coletiva. Pela pressão jurídica, os recursos foram sendo liberados paulatinamente, junto ao Governo Federal, Caixa e empresas da cadeia minero-siderúrgica, a partir de 2018<sup>8</sup>.

---

8 O contrato com a Caixa foi formalizado em setembro de 2018. In: <http://justicanostrilhos.org/2018/09/19/piquia-de-baixo-assina-contrato-para-liberacao-de-financiamento-do-projeto-de-reassentamento-da-comunidade/>. Acesso em 5 de maio de 2020.

No tocante as mídias digitais, Denise Cogo (2004, p.42) reflete sobre essa questão e explica que no mundo pós-industrial, as mídias se estruturam como “matrizes configuradoras de identidades culturais” e, mais do que tecnologias ou espaços de interação, conferem visibilidade pública às organizações e instituições, assinalam práticas sociais e reforçam perspectivas de realidades próprias. O protagonismo midiático dos movimentos sociais se materializa sob as exigências de visibilidade pública, pautadas na lógica das mídias conhecidas (rádio, TV, impressos e internet) ou, ao se apropriarem desses mecanismos, na organização de seus próprios canais nas redes sociais, assim estabelecem espaços de conflitos, embates e acomodações.

Também, Manuel Castells (2013), ao analisar os novos momentos sociais após a crise de 2008 e as mobilizações especificamente de 2011 na Europa e Ásia, aponta que a internet se tornou o terreno para a contestação da ordem política. O autor denomina essa nova forma de mobilização de “conectividade”, com agrupamentos locais interligados de forma transnacional, capazes de espalhar rapidamente conteúdos e imagens em todo o globo.

Nessa perspectiva sociológica, no ciberespaço os movimentos sociais almejam uma “democracia participativa”, em contraposição às armadilhas da democracia representativa, desnudada pelos escândalos políticos e crises econômicas, conforme Castells (2013). Outra característica das organizações é a horizontalidade, ou seja, não há lideranças apresentadas de forma tradicional, as ações vão recebendo compartilhamentos em um processo intersubjetivo que une posições políticas e críticas às instituições atuais. Nessa perspectiva, Raquel Recuero (2014, p.115), explica que sites como o Facebook, impactaram a internet por gerarem múltiplas formas de conexão, denominadas pela autora de “conexões associativas”, que são as configurações de relações sociais mantidas ou reestruturadas no ambiente digital. Essas conexões interligam os atores ou “amigos”, num ciclo permanente de informações em rede, e todos têm acesso aos que os demais publicam, podem ser compartilhadas entre vários grupos, replicadas e encontradas através de ferramentas de busca. Essa dinâmica torna as conversações cada vez mais públicas, amparam opiniões, reforçam ideias e confrontos.

### **Considerações finais**

O objetivo desta comunicação envolveu a investigação das formas de memória, resistência e denúncias a partir do estudo das histórias de vida da comunidade de Piquiá de Baixo, realçamos que objetivo foi alcançado ao levantarmos os sentidos gerados nas memórias compartilhadas pelos moradores e moradoras da comunidade de Piquiá, ao apontarem os conflitos com sucessivos projetos econômicos que prejudicavam a população. A partir dessas referências, apreendemos o discurso da página no Facebook que faz um rompimento na abordagem do cotidiano da população de áreas urbano-rurais, como Piquiá de Baixo.

Ao ouvir os moradores e moradoras conectados com suas formas de viver, valorizar as trajetórias de vida e trazer o protagonismo em atividades políticas, a página constrói representações diferentes das usuais, atreladas aos embates descontextualizados, aos silenciamentos sobre as existências e modos de vida de favelados, camponeses e excluídos.

A partir da compreensão do processo conflitivo histórico, de luta pela terra e pelo direito à moradia e à vida, investigar as histórias de vida dos moradores de Piquiá nos remete a um exemplo de articulação que tenciona romper com significados que oprimem as classes excluídas socialmente. As vozes dos moradores nos permitem apreender a força do discurso reproduzidos

na página do Facebook da Rede Justiça nos Trilhos, que trazem outros sujeitos, ações e mobilizações dos integrantes do bairro.

Compreendemos que a Jnt, através da sua rede social, se propôs a “humanizar” o discurso sobre os homens e mulheres residentes no bairro mais antigo de Açailândia - MA. Deserdados das políticas públicas ao reclamarem da poluição causada pelas siderúrgicas enfrentaram a exclusão dos noticiários até o começo das articulações para a saída coletiva do bairro. O processo de “humanizar” significa, exatamente, respeitar o outro em sua singularidade, evitar, portanto, a falta de compreensão da realidade, o tom acrítico e a narrativa superficial, ou seja, captar o universo do outro em sua totalidade (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p.94).

Nesse sentido, é uma postura que tem início na interação social, no cultivo da alteridade nas práticas sociais, como analisa Cremilda Medina (2008), é estar aberto à transformação ao acessar outras realidades e significados. É dialogar para apreender na vida de relação, ter a certeza que pode deixar um estado e ser inserido em outro, o “não saber” para conhecer mais profundamente a vida humana. Nesse mesmo caminho, Stela Caputo (2006) nos diz que o jornalista está envolvido por duas perspectivas no ato de comunicar: se prender ao previsto, a um planejamento sobre a realidade objetiva, ou entender o trabalho organizado, porém que pode ser reestruturado frente a narrativas que tragam histórias de vida significativas, que podem ser compartilhadas em horizontes mais críticos, aprofundados e que rejeitem enquadramentos que circulam e que disfarçam vontades de grupos econômicos em desejos coletivos.

Concluindo, ao conectar os embates econômicos e políticos, travados pela comunidade de Piquiá de baixo e seus apoiadores atualmente ao protagonismo dos moradores, às mobilizações contra forças econômicas e às histórias de vida eivadas de determinação, coragem e espírito comunitário, o discurso jornalístico da página da Rede Justiça nos Trilhos mostra formas de luta e denuncia o descaso das autoridades e a ganância da cadeia de mineração na Amazônia Oriental. Mostram um jornalismo que valoriza vozes excluídas e aponta a capacidade de articulação do grupo e a participação comunitária, como eixos da luta contra as opressões.

## Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. Pierre Bourdieu avec Loïc Wacquant; réponses. Paris: Seuil, 1992.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo:Companhia das Letras, 1994.

CAPUTO, Stela Guedes. Sobre entrevistas: Teoria, prática e experiências. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral, memória, identidades. In: História oral, memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. História econômica de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 2008.

FEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. A apuração da notícia: modos de investigação na imprensa. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MEDINA, Cremilda. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2005.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992. Disponível em<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>

RECUERO, Raquel. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. Revista Verso e Reverso, maio-junho, 2014.

REIS, Walison Silva. Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense. In: SOUSA, Jailson de Macedo (Org). O regional e o urbano no sul do Maranhão: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

TEIXEIRA, Natalia Mendes. Imperatriz: a terra da pistolagem, assassinatos, memórias, fatos, representações e lógicas sociais. Imperatriz/MA. Ed.: ética, 2016.

ZILBERMAN, Regina Praticas narrativas, oralidade e memória. In: TETTAMANZY, Ana Lucia L. et al. (Org.). Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

**Sites citados:**

<<http://justicanostrilhos.org/2018/09/19/piquia-de-baixo-assina-contrato-para-liberacao-de-financiamento-do-projeto-de-reassentamento-da-comunidade/>>. Acesso em 5 de maio de 2020.

<<https://www.facebook.com/justicanostrilhos/>. Acessado em 19/03/2021.

<<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/01/28/facebook-anuncia-medidas-para-proteger-privacidade-dos-usuarios.htm>> Acesso em 2 maio de 2020.

**Os Currais de Pesca Artesanal versus  
Captura de Tartaruga-Marinha  
(Cheloniidae), no Estado do Para.  
2021**

# Os currais de pesca artesanal versus captura de tartaruga-marinha (Cheloniidae), no Estado do Para. 2021<sup>1</sup>

Neuder Wesley França da SILVA<sup>2</sup>

Bruna dos Santos TRINDADE<sup>3</sup>

Tatiane Rodrigues de VASCONCELOS<sup>4</sup>

## Resumo

A pesca artesanal constitui na exploração pesqueira por meio de mão de obra familiar e embarcações de pequeno porte, sendo os currais de pesca formados por armadilhas que aprisionam peixes. Entretanto, animais como a tartaruga-marinha (Cheloniidae) também podem ser capturadas sem a sua devida soltura. Desta feita, o presente estudo tem como objetivo incitar a discussão sobre o registro fotográfico de tartaruga-marinha eviscerada, após captura em curral de pesca localizado no município de Marudá (PA), ocorrido em fevereiro de 1988 e destinada para possível consumo e/ou venda, e registro fotográfico de carcaça de tartaruga-marinha, sendo consumido por urubus-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), em área próxima de currais de pesca artesanal em São João de Pirabas (PA), em fevereiro de 2021. O Trabalho indica que currais de pesca artesanais podem capturar espécies de tartarugas-marinhas, no entanto não há como identificar se são para consumo próprio ou venda o que é passível de penalidade previstas na Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). Ademais, há carência de estudos sobre a frequência com que as tartarugas marítimas frequentam a região.

**Palavras-chave:** currais de pesca; tartaruga marinha; captura; crime ambiental.

---

1 Trabalho apresentado no GT Fotografias “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Mestre em Saúde e Produção Animal na Amazônia e Especialista em Direito Agroambiental. Secretaria de Estado de Saúde - SESPA, e-mail: nwvet@hotmail.com

3 Mestranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), e-mail: brunastrindade@outlook.pt

4 Mestranda no Programa de Pós Graduação em Direito- PPGD/ UFPA, e-mail: tatirov@yahoo.com.br

# **Resistências dos Trabalhadores Rurais da Chapada do Apodi: reflexões críticas**



# Resistência dos trabalhadores rurais da Chapada do Apodi: reflexões críticas<sup>1</sup>

Maciana de Freitas e Souza<sup>2</sup>

Ariverton Costa Oliveira<sup>3</sup>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN

## Resumo

Um contexto amplo de extinção de políticas de proteção social e de fomento de condições de vida dignas para os povos camponeses tem marcado a situação da chapada do Apodi. A política agroexportadora em curso desde 2012 com a criação do perímetro irrigado conhecido como “perímetro da morte”, tem como perspectiva a implantação de grandes e médios empreendimentos do agronegócio no território. Do ponto de vista da defesa de direitos, consideramos como válido analisar os conflitos socioambientais na chapada do Apodi, com a expansão do agronegócio e quais os rebatimentos no cotidiano da população camponesa. Na primeira seção, apresenta-se, um conjunto de apontamentos sobre os desafios no âmbito dos direitos humanos na chapada do Apodi. Na segunda parte, são apresentadas notas sobre o seminário Encontro de Saberes: Comunidades camponesas e academia construindo a resistência na Chapada do Apodi. No terceiro item, desenvolve-se uma síntese com as ideias expostas no texto. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e documental, com base na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Nesse sentido, a discussão tem como referência autores que estudam a questão agrária e a temática dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Agronegócio; Questão agrária; Chapada do Apodi.

## INTRODUÇÃO

Os contextos de violência no país em matéria ambiental tem crescido nas últimas décadas, com a implantação de projetos de “desenvolvimento” voltados à lógica capitalista. Nesse sentido, podemos notar a ausência por parte do Estado de controles regulatórios e ações mais concretas para responsabilizar as empresas que seguem em descumprimento das obrigações na proteção dos Direitos Humanos. É importante mencionar que muitas vezes tais ações estão a serviço do capital, aumentando as desigualdades postas às populações afetadas.

Dito isto, o objetivo geral deste texto é analisar a expansão do agronegócio na chapada do Apodi e se propõe a trazer algumas considerações sobre os rebatimentos no cotidiano da população camponesa. Desse modo, pretende-se compreender as lutas

---

1 Trabalho apresentado no GT 5 “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Bacharela em Serviço social pela UERN, Pós graduada em Saúde Pública pela FVJ. email:macianafreitas@hotmail.com

3 Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UERN, email:

empreendidas pelos trabalhadores rurais e quais os interesses desses atores. A análise se desenvolve a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental para compreensão da temática. Será referenciado o materialismo histórico dialético, enquanto método para leitura da realidade social.

Para tanto, além desta breve introdução, o texto contém mais três seções. Na primeira parte irá traçar alguns elementos a respeito da chapada do Apodi e os desafios no âmbito dos direitos humanos. O segundo item focará na importância das estratégias de resistência da luta camponesa frente as violações de direitos e notas sobre o seminário Encontro de Saberes: Comunidades camponesas e academia construindo a resistência na Chapada do Apodi.

A terceira seção, por sua vez, apresentará as considerações finais, com uma síntese dos elementos centrais do texto. Com base nesses passos, entende-se que esse estudo é importante para pensar a questão agrária como também compreender o papel de resistência dos trabalhadores rurais com vistas à defesa de direitos. Mediante o exposto, acredita-se que a efetivação desta pesquisa venha acarretar em contribuições para o debate acerca da temática e tornar-se relevante para a sociedade, vez que se pretende ir além da apresentação da realidade e focar o verdadeiro papel da luta camponesa.

### **Chapada do Apodi – a (re)afirmação da resistência do povo camponês**

Um contexto amplo de extinção de políticas de proteção social e de fomento de condições dignas de vida para os povos camponeses tem marcado a situação na Chapada do Apodi, localizada na divisa entre o Ceará e Rio Grande do Norte. A política que vem sendo apresentada claramente desde 2012 com a criação do perímetro irrigado, conhecido como “perímetro da morte”, tem como perspectiva a implantação de grandes e médios empreendimentos do agronegócio no território.

Como apresenta Pinto sobre a realidade local (2018, p.33): “O agronegócio, além de se apropriar do território, domina àquelas/es que nele vivem, ao absorvê-la/o em seu sistema de trabalho, e, desse modo, se apodera de sua cultura, identidade, costumes e tradições”. Além disso, pode-se afirmar que, a terra e a água têm sido tratadas como mercadoria, sem considerar os danos e rebatimentos que essa exploração tem proporcionado para o meio ambiente e a saúde humana.

É relevante mencionar que, o município de Apodi localiza-se na mesorregião do Oeste Potiguar na Chapada do Apodi, a uma distância de 328 km da capital do estado do Rio Grande do Norte, Natal. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o Censo 2010, Apodi é uma cidade de pequeno porte e a sua população é de 34.763 habitantes. A maioria dessa população é composta por moradores de áreas rurais, o que contribui para que as principais atividades econômicas desenvolvidas no município sejam a agropecuária e a fruticultura irrigada, já que as condições climáticas do município possibilitam a atividade agrícola.

A esse respeito, com a expansão do agronegócio e do perímetro irrigado na chapada do Apodi a partir de 2012, podemos notar mudanças substanciais nas condições de vida

dos trabalhadores rurais. Outro elemento que precisa ser acrescentado a essa discussão é o direito à terra. Com a flexibilização da legislação existente, tem-se ampliado os níveis de violência contra os grupos originários. Medeiros ainda sobre esse contexto, afirma:

Ao longo dos últimos trinta anos, em que pesem os inegáveis avanços da democratização, o surgimento de movimentos reivindicando direitos de populações pouco visíveis com a Constituição Federal de 1988, aos grandes projetos de desenvolvimento, os sensíveis avanços nas políticas públicas, não há como ignorar que as opções políticas feitas criaram condições para a reprodução da violência no campo, a outra face da expansão do agronegócio e da especulação fundiária que é constitutiva desse processo. (MEDEIROS, 2014, p.30)

Nesse sentido, fica nítido que o modo de produção posto vem dificultando cada vez mais as possibilidades de resistência de quem está na luta há muito tempo em defesa da função social da terra. Luta que une saberes e vivências pra re(existir) às reincidentes forças do capital. Conforme estudo de Pinto (2018) como desdobramento do perímetro irrigado na Chapada do Apodi, é possível notar um cenário de conflito socioambiental advindos do agronegócio com a disputa por território, uso da água e também mudanças nos modos de vidas das populações rurais.

Um dos pontos que notados no decorrer dessa pesquisa foi exatamente que, antes mesmo da concretização de suas obras, esse perímetro irrigado já vem acarretando inúmeras violações de direitos às/aos agricultoras/es daquela região e ao meio ambiente, impactando diretamente a fauna, a flora, e conseqüentemente, o modo de vida, a economia e até mesmo a saúde daquele povo. (PINTO,2018, p.99)

A respeito disso, podemos notar diferentes formas de violações e desrespeitos aos direitos, os principais sendo: o direito a uma alimentação adequada; o direito à água, o direito à saúde, o direito à terra, o direito a um meio ambiente saudável e entre outros. Assim, as pressões sobre o território com o avanço do agronegócio, motivadas pelos interesses econômicos tem promovido rebatimentos nas condições de vida dos trabalhadores e nas comunidades rurais. Explicitadas essas ideias, faz-se importante enfatizar a experiência enquanto participantes do seminário “encontro de saberes”.

### **Seminário Encontro de Saberes: relato de experiência**

Nos dias 02 a 04 de setembro de 2019, foi realizado o Seminário Encontro de Saberes: Comunidades camponesas e academia construindo a resistência na Chapada do Apodi. O evento idealizado pelo sindicato dos trabalhadores rurais e a Comissão Pastoral Regional Nordeste 2 no município de Apodi para discutir a conjuntura socioambiental e

construir estratégias frente ao avanço das empresas do agronegócio na região.

É nesse contexto, que evento teve como objetivo central analisar o papel da agricultura familiar e da luta camponesa frente as violações de direitos. Sabemos que para a adequação ao agronegócio, as ações vigentes pelo Estado capitalista tem sido desenvolvidas sem levar em conta o interesse das comunidades locais. Os ajustes que vêm sendo implantados não possuem uma lógica de atenção que abrange as muitas dimensões da experiência humana na relação com o tecido social, sua finalidade é o aumento de lucro. Pautado nesse contexto, Medeiros nos afirma que:

O conflito na Chapada do Apodi é, pois, a materialização da dialética entre dois modelos agrários que, por sua vez, são signos representativos de dois modelos de sociedade bem distintos e autoexcludentes. A resistência protagonizada pelos agricultores da Chapada do Apodi/RN assenta mais uma pedra de um processo contínuo e diferenciado de vivência, marcado pela resistência e recriação de suas realidades em busca da emancipação enquanto possibilidade histórica. (MEDEIROS, 2013, p. 82)

Outro ponto que merece destaque, trata-se das pesquisas realizadas que apontam o crescimento não só da contaminação da água do aquífero jandaíra bem como o aumento de pessoas com sérios problemas de saúde decorrentes dos fertilizantes químicos. Desse modo, enquanto fenômeno, a questão da saúde precisa ser entendida e tratada de modo multidimensional.

Segundo a professora Raquel Rigotto da UFC, que esteve presente no seminário é evidente que o processo de adoecimento tem profundas conexões sociais. O cenário ilustra um aumento significativo do número de pessoas afetadas com a exposição e ao mesmo tempo, sugere a possibilidade de crescimento tendo em conta o processo de subnotificações dos casos, portanto é necessário compreender a saúde e sua relação com o corpo social. Como apresenta Pinto(2018):

Nota-se que esse modelo de desenvolvimento proposto pelos perímetros irrigados, não considera as potencialidades do território no qual estão se instalando, muito menos os aspectos históricos, sociais e culturais, pois o único objetivo é a produção em larga escala e o lucro que isto proporcionará. Dessa forma, pode-se inferir que é devido a esse descaso para com o povo e o território que surgem os conflitos socioambientais nos locais onde os perímetros irrigados estão e/ou irão se instalar, como é o caso, dentre tantos outros, da Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte.( PINTO,2018,p.25).

Ademais, outro importante passo com o seminário, foi a construção de uma agenda de propostas, uma vez que é notório as violações ao ambiente quanto aos direitos

individuais e coletivos. Igualmente, ressalta-se como atividade de extensão, a visita feita aos assentamentos rurais na chapada do Apodi. Diante dos nossos olhos a extensão de uma das empresas instaladas. Bolsões enormes de lixo tóxico, terrenos tomados pelo agronegócio, moradias improvisadas para os trabalhadores que estão inseridos em um contexto de jornada de trabalho exaustivo e que não oferecem o mínimo de dignidade. O autoritarismo e a violência enquanto gestos da sociedade brasileira sempre estiveram presentes, agora estão, mais visíveis atingindo corpos que antes não lidavam em seu cotidiano com isso. Conforme argumenta Sauer:

A luta por terra é uma resistência e esse processo de dominação e exclusão essa resistência transforma-se também em uma construção pedagógica de atores sociais, os quais incorporam elementos e valores modernos como, a prática da participação, da tomada de decisões conjuntas, da preservação de valores da democracia etc. A luta por terra passa a ser então uma luta política, e não apenas uma luta social ou econômica e que atinge o conjunto da sociedade brasileira (SAUER, 2008, p. 43-4).

Pode-se observar que, a dinâmica social em curso se traduz em ações regressivas nas condições de vida dos trabalhadores rurais com o processo de avanço do capital sob o campo. Nesse processo evidencia-se a destituição dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da justiça social. Ressalta-se que, a expansão de empresas na região tem sido marcada por significativas lacunas quanto à consulta das normas ambientais e de licenciamento, além de fomentar sobrecarga de trabalho e contextos de precarização da vida.

Portanto, o que se observa é a manutenção de um quadro de desigualdades, uma vez que é nítido o aumento de violações de Direitos Humanos relacionadas as práticas empresarias. Nesse contexto, entende-se que a luta pela reforma agrária, está para além dos assentamentos e do modelo agroecológico. Ao desmonte das políticas públicas reitera-se a importância de responder com a ampliação da capacidade de organização, fortalecendo as instituições de luta coletiva. Ao manter essa utopia viva precisamos lembrar nas palavras de Galeano que “Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. Para que sigamos lutando pelo cuidado dos nossos e dos sonhos dos outros, da democracia de todos. Como menciona Silva:

A expansão das atividades do agronegócio é contraditória por desenvolver uma lógica que expropria os territórios dos camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e extrativistas, reproduzindo práticas colonialistas, ampliando a acumulação por meio da apropriação da terra e saque das riquezas do solo e do subsolo com o apoio governamental. (SILVA, 2013, p. 16)

### Considerações Finais

A partir da análise crítica empreendida, podemos afirmar que, não se observam mudanças efetivas pelo agronegócio no campo da garantia de direitos. Os interesses do capital e da burguesia agrária prevalecem sobre as necessidades do trabalho, assim atuam, proporcionando crescimento econômico em detrimento de proteção social e desenvolvimento ambiental justo. Dessa forma, convoca-se a participação de diferentes atores sociais para intervir sobre tais questões e lutar por reparações justas e eficientes. A participação das famílias camponesas nesse espaço de luta tem sido significativa para a construção de discursos e ações contra hegemônicos aos desafios postos. Mesmo diante das dificuldades vivenciadas no processo de resistência socioambiental, com as ações do Sindicato Rural é possível perceber o fortalecimento de práticas coletivas em defesa dos Direitos Humanos. Dessa forma, considera-se como fundamental uma agenda pública de debates com o objetivo de intensificar a discussão acerca do direito à terra e a questão da produção agroecológica.

Ao pesquisar sobre a chapada do Apodi, foi possível compreender o processo de resistência comunitária e as violações dos direitos humanos em curso com expansão do agronegócio. Sob a pretensa justificativa de ampliar a produção agrícola e promover oportunidade de trabalho, as empresas instaladas no território tem seguido pela lógica predatória para atender aos interesses do capital em detrimento das necessidades sociais. Diante do exposto, a luta camponesa se faz pela terra, pela moradia e pelas condições mínimas de sobrevivência nas comunidades.

### APÊNDICES

Fotos por Ellen Dias





## REFERÊNCIAS

MEDEIROS, João Paulo do Vale. Vida e Morte no Campo: o Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi/RN. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio (Coord.) *Conflitos no Campo – Brasil 2013*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Conflitos fundiários e violência no campo*. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; COSTA, Edmundo Rodrigues (Coord). *Conflitos no campo – Brasil 2014*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. *O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar*. 2018.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Embrapa Informações e Tecnologia. Brasília – DF, 2008.

SILVA, Gilvânia Ferreira da. *As disputas territoriais no Maranhão*. In: *Ensaio sobre a questão agrária*. REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Francine (org.). São Paulo: Outras Expressões, 2013

# A Cruz do Anjinho: o olhar da saudade



# A cruz do Anjinho: o Olhar da Saudade<sup>1</sup>

Tayronne de Almeida RODRIGUES<sup>2</sup>

João LEANDRO NETO<sup>3</sup>

Universidade Federal do Cariri, Crato, CE

## Resumo

Imagem registrada durante uma visita ao cemitério de crianças não batizadas na religião cristã-católica da comunidade. As crianças que morrem antes do rito de batismo são sepultadas no cemitério de anjinhos localizado no território da Comunidade Quilombola do sítio Arruda. As mães durante o ano inteiro não visitam o local, deixando para fazer somente as vésperas do dia de finados para limpar e organizar o local para os ritos fúnebres do dia 02 de novembro.

**Palavras-chave:** Ancestralidade, Sítio Arruda, Araripe.

**Link drive:** <https://bit.ly/3nptPKO>



---

1 Trabalho apresentado no GT 5 Fotografias “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas

2 Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, PRODER/UFCA E-mail: tayronnealmeid@gmail.com

3 Professor da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe-CE, SEMEC, E-mail: joaoleandro@gmail.com

**Memórias Afetivas na  
Comunidade Quilombola  
do Sitio Arruda em  
Araripe – Ceará: registros  
dos terreiros  
da ancestralidade**

# Memórias Afetivas na Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe – Ceará: Registros dos Terreiros da Ancestralidade<sup>1</sup>

Tayronne de Almeida RODRIGUES<sup>2</sup>

João LEANDRO NETO<sup>3</sup>

Francisca Laudeci Martins SOUZA<sup>4</sup>

Universidade Federal do Cariri, Crato, CE

## Resumo

Estas imagens retratam cenas singulares da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe – Ceará. A árvore é o tamboril, remetida como símbolo local, apresentando galhos robustos. Está localizada em frente ao terreiro da casa do líder do quilombo, local onde todos se reúnem para os festejos populares, as tradicionais terreiradas culturais, feiras e encontros. As fotografias foram registradas em janeiro de 2020, o sol vibrante e forte apresenta a força destes povos que vivem em diáspora e mantêm viva sua ancestralidade. A porta em “duas bandas” figura na maior parte das casas do interior do Ceará. Nas casas da comunidade do Sítio Arruda as famílias trazem esse costume até os dias atuais. As flores também ornamentam a frente dos lares e também reverenciam o saber feminino, as mulheres desta comunidade que por meio de sua força e luta diária produzem os saberes cultivados nos terreiros da resistência. A imagem retrata o crepúsculo na Comunidade do Sítio Arruda. Quando anoitece, para os moradores de lá, é motivo de festejo e alegria no terreiro da associação da comunidade.

**Palavras-chave:** Ancestralidade, Sítio Arruda, Araripe, Quilombo.

**Link drive:** <https://bit.ly/3eA3hIT>

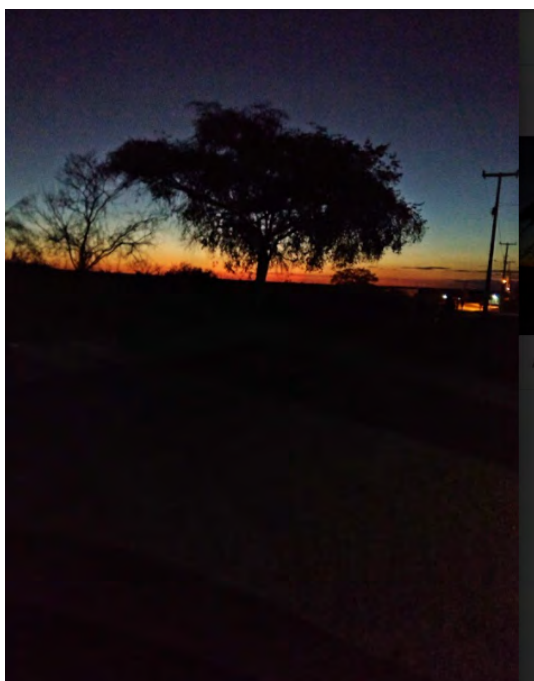


1 Trabalho apresentado no GT 5 Fotografias “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas

2 Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, PRODER/UFCA E-mail: tayronnealmeid@gmail.com

3 Professor da Comunidade Quilombola do Sítio Arruda em Araripe-CE, SEMEC, E-mail: joaoleandro@gmail.com

4 Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, PRODER/UFCA, E-mail: laudeci.martins@gmail.com



**“Os Movimentos me Fizeram  
Liderança”: a trajetória de Rosiane  
Mendes Cardoso, comunidade  
tradicional de Sítio do Meio II/MA**

## **“Os Movimentos Me Fizeram Liderança”: A Trajetória de Rosiane Mendes Cardoso, Comunidade Tradicional de Sítio do Meio II/MA <sup>1</sup>**

Aldenora Ferreira E. RODRIGUES<sup>2</sup>

Michelle Silva PINTO<sup>3</sup>

Letícia Fernanda RODRIGUES<sup>4</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luis, Maracanã, IFMA

### **Resumo**

Este artigo, parte da escuta de uma liderança feminina da comunidade tradicional de Sítio do Meio II/MA, localizada no município de Santa Rita no estado do Maranhão para mostrar como a educação popular é lida da perspectiva de gênero, ou seja, desde o ponto de vista e narrativas de uma mulher negra que vive em área de povos e comunidades tradicionais imbricados em situações de conflito, mas que, não raro, são negados nestas imposições. O trabalho de campo envolveu o acompanhamento em audiências públicas, reuniões, ocupações e festejos. As narrativas dão o tom de uma cartografia feminina da luta pela terra. A educação popular está associada às redes extensas de autocuidado e gestão do território, está associada à memória coletiva da comunidade. Buscamos entender como esse tipo de educação permite o processo de renovação de lideranças em territórios diretamente afetados pelos projetos de mineração e pelo Corredor Carajás. A partir da escrevivência de Rosiane Cardoso vamos tecendo um entendimento mais ampliado sobre processos educativos alternativos no qual ensino e aprendizagem estão na práxis das relações sociais e políticas na luta pela terra, para permanecer em seu território.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Território; Trajetória; Escrevivência; Participação política.

### **1. Introdução: Rosiane e Sua Luta Pela Permanência No Território**

O maior trem do mundo  
Leva minha terra  
Para a Alemanha  
Leva minha terra  
Para o Canadá  
Leva minha terra  
Para o Japão

---

1 Trabalho apresentado no GT 5 “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

2 Graduada do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com Habilitação em Ciências da Natureza do Procampo-IFMA, email: noraeverton@yahoo.com.br

3 Orientadora do trabalho. Mestre em Educação (UFMA), email: michellepinto@ifma.edu.br

4 Coorientadora do trabalho. Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul email: leticiafernandarodrigues@gmail.com

O maior trem do mundo  
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel  
Engatadas geminadas desembestadas  
Leva meu tempo, minha infância, minha vida  
Triturada em 163 vagões de minério e destruição  
O maior trem do mundo  
Transporta a coisa mínima do mundo  
Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo  
Vai serpenteando, vai sumindo  
E um dia, eu sei não voltará  
Pois nem terra nem coração existem mais.  
(Publicado em 1984 – Jornal “O Cometa Itabirano”)

O poema escrito em 1984 pelo poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade, “O maior trem do mundo”, já anunciava o cenário violências que estava por vim em 1985 com a abertura da Estrada de Ferro Carajás “[...] abria as fronteiras da Amazônia para o capital externo e imigração em massa de uma grande população de homens e mulheres provenientes em sua maioria do nordeste e centro-oeste” (BRUSTOLIN, 2019).

O caso que apresento aqui é fruto das minhas vivências na minha comunidade, Sítio do Meio II, das minhas participações em seminários, roda de debates, ocupações, pesquisa de campo e engajamento em diferentes movimentos sociais como JNT( Justiça nos trilhos) e GEDMMA (Grupo de Estudos desenvolvimento modernidade e Meio Ambiente). As minhas anotações são de um cotidiano de escuta quase que diário da minha mãe (in memoriam) e da minha companheira de luta Rosiane. Desde que comecei a me entender na luta pela terra eu venho escrevendo muitos acontecimentos e encontros que fundamentam este trabalho hoje. Eu comecei sentindo e depois com a oportunidade de fazer uma graduação eu estou tecendo narrativas contra hegemônicas, isso depois de muito ouvir, ver, sentir e ler.

As conversas com Rosiane foram realizadas em diferentes situações de luta pela permanência no território, e elas foram fundamentais para a construção de um pensamento crítico sobre a persistência da negação de terra para povos e comunidades tradicionais no país, ao qual detalharei no ítem a seguir.

### **1.1 Percurso Metodológico:** caminhada das filhas do Sítio do Meio II

[...]Aos esfarrapados do mundo  
E aos que neles se  
Descobrem e, assim  
Descobrimo-se, com eles  
Sofrem, mas, sobretudo,  
Com eles lutam (FREIRE, 1987).

A epígrafe anterior se refere ao livro do grande pedagogo brasileiro Paulo Freire. Esse livro me marcou, pois com milhões de mulheres negras, camponesas e quilombolas eu me “descobri”. Esse artigo de conclusão de curso é uma longa caminhada junto com minha companheira de luta Rosiane, quem apresentarei mais a frente. Sou Aldenora Ferreira E. Rodrigues, nasci em 11 de Setembro de 1996, na pequena cidade de Santa Rita- Ma, sou Mãe, esposa, e uma forte mulher a destravar guerras internas cotidianas.

Quero dizer que não me sinto tímida ao escrever, mas desafiada, pois as vivências são muitas e as memórias eternas. Também sou de origem humilde, filha de Maria Raimunda Torres Ferreira, militante, pescadora e lavradora e de Sebastião Batista Everton, mecânico montador, que juntos sempre deram a mim e a meus dois irmãos a oportunidade de uma boa educação e sempre buscaram o melhor para a família.

A troca de conhecimento popular, foi de total ressignificação nesse processo de empoderamento da pessoa que eu estava me tornando. Me tornei militante do movimento sem-terra (MST) em 2015, participei ativamente do curso de formação política , ofertado às comunidades pelo GEDMMA (Grupo de estudos, modernidade e meio ambiente do maranhão) e JNT(justiça nos trilhos).

Nesse período de pandemia onde o mundo vivencia um momento de isolamento social, as coletas de dados se deram por meio de entrevista, por aplicativo de whatsapp e google meet. Como resultado obtivemos que o protagonismo e força de uma mulher negra e de comunidade não só se torna uma extensão das nossas vozes, dos nossos anseios, das nossas lutas, mas também permite o engajamento de novas e futuras lideranças, e com isso é possível a continuidade de uma luta, que dentro da sociedade é contínua, a luta pelos direitos humanos.

Para tanto, este trabalho apresenta um breve histórico da formação da comunidade, abordando e denunciando os impactos ambientais existentes, que interferem diretamente na subsistência local. Traz também relatos de como as mulheres lutam e se tornam lideranças, e por fim, aborda os caminhos e resultados de uma educação popular na defesa dos direitos humanos.

## **2. “Para a Empresa e Pelo Proprio Governo, é Como Se Nós Não Existíamos”: Breve Histórico do Território do Sítio do Meio II (Santa Rita/ma)**

A intenção é refletir a estreita relação entre a Educação Popular e a formação de liderança, como práxis social, capaz de transformar as pessoas e os contextos com os quais estas atuam. Exporemos os elementos essenciais de uma atuação política na defesa de territórios atravessados pelo Corredor de exportação Carajás.

A ideia de partir das narrativas da trajetória de Rosiane para falar sobre educação popular como um ferramenta importante de mobilidade social para os povos oprimidos é um canal importante para viabilizar ações cotidianas de um processo de resistência historicamente silenciado pelos aparelhos e instituições da modernidade.

Na lógica das comunidades tradicionais o que o desenvolvimento traz são mazelas



sociais, medo e muitas mortes. Em seu artigo “Vivemos Sendo Negociados”: território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio a instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão (MA), a intelectual negra e de terreiro Dayanne Santos, que acompanha e atua por meio do GEDMMA junto às comunidades tradicionais do Maranhão (SANTOS, 2018, p. 102) em diálogo com uma entrevista que ela fez com Anacleta Pires e com sua filha Zica Pires, lideranças, mulheres negras quilombolas, sobre os impactos dos empreendimentos dentro do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município vizinho a Santa Rita, onde está situado Sítio do Meio II, elas destacam que: “Indenização nenhuma paga o valor de uma árvore e não paga nada do que a gente já têm construído...pois para a gente não se trata simplesmente de uma casa que será derrubada”. Sendo assim,

mesmo no escuro a gente consegue andar no nosso território, mas quando ele está impactado, quando se coloca outras coisas dentro dele você fica com medo de andar à noite...no nosso tem 5 linhões, 3 estradas de Ferro, 1 BR, 1 assentamento, tem o problema com a falta de água, tem os fazendeiros (anotações do caderno de campo do dia 11 de dezembro de 2017).

Dentro desse contexto de lutas destacamos que até o início do séc. XV as terras, onde hoje é o município de Santa Rita, eram habitadas pela tribo nômade Badú que vivia com seu hábito, cultura, crença e educação e que, apesar de séculos de resistências, foi dizimada no processo violento de invasão/colonização do Brasil.

Em Sítio do Meio II não tem hospital, não tem escola e nem transporte público, a escola mais próxima está um prédio ocupado/inacabado. Em seu Tcc, “por todos os quilombos do mundo”: trajetória de luta de uma quilombola no maranhão, Sislene Costa da Silva (2018), importante ativista social, que a anos acompanha a luta das comunidades no Maranhão, assim como a Joana Emmerick Seabra (2019) em sua dissertação, “antagonismos entre territorialidades na estrada de ferro carajás: águas, palmeiras-mãe e os caminhos de resistência de uma comunidade à cobra de ferro na baixada maranhense”, nos apresentam panoramas complexos de cotidianos e comunidades diferentes, onde as mulheres são as mais afetadas pelos empreendimentos, são os corpos mais expostos e violentados (SANTOS,2018). Sobre a publicização das violências Sislene pontua que,

Sob a alegação de que os protestos interferem no desenvolvimento econômico que a empresa gera para o país, a Vale tem recorrido à criminalização das lideranças e das vozes que se opõem à empresa e ganhem legitimidade em todo o Corredor de Carajás. É comum mulheres e homens protagonizarem protestos contra a empresa, geralmente após várias tentativas de diálogo com a mesma para reparar algum dano, modificar a forma de operação

da mesma na comunidade ou diante de situações em que a vida das pessoas foram colocadas em risco (quase atropelamentos, enfermo(a)s que precisam chegar com urgência ao hospital e tem a passagem obstaculizada pelo trem) ou as pessoas perderam a vida (atropelamentos). De 4433 pessoas processadas pela Vale em que a rede Justiça nos Trilhos atua, 8 são mulheres e pelo menos duas têm grande visibilidade em nível nacional e internacional. São reconhecidas como lideranças aguerridas, tem capacidade de articular e mobilizar a comunidade, já denunciaram a empresa em vários espaços políticos, audiências no parlamento, academia, na ONU (DA SILVA, 2018, p. 38 - grifos nossos).

Rosiane assim como muitas outras mulheres foi desqualificada, ameaçada, diminuída e criminalizada pela Vale, essa é uma violação que não têm mitigação que pague, é uma violação direta da humanidade da pessoa, logo além da mulher ser lida como fraca e inferior, ela é desumanizada e objetificada na lógica das invasões provocadas ora pelos empreendimentos, ora pelos fazendeiros.

Foto 1: Rose em uma formação política em Açailândia



Fonte: arquivo pessoal GEDMMA UFMA- escola de formação política <sup>5</sup>

Para nós mulheres de comunidade ver/ouvir Rosiane ( Foto 1) nos representando em um espaço povoado em maioria por homens e brancos, um espaço da política, nos deu poder, autonomia, e coragem para ir além, e de ocupar na lei ou na luta popular espaços de tomada de decisões de poder, de políticas pública e enunciação do corpo junto com a fala. Esse nosso corpo fronteiriço de mulher tradicional, nós carregamos em nós a força de uma cosmovisão, onde a natureza é parte da nossa humanidade, esse aprendizado vem

---

<sup>5</sup> As sementes da proposta de formação foram lançadas então durante o encontro Carajás. Encontraram terreno fértil nos esforços para consolidar laços de parceria entre movimentos sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores e resultaram em um processo de formação política que se desenvolveu durante três anos, com jovens de oito municípios e uma terra indígena, cortados pelo Corredor de Carajás ( BRUSTOLIM, 2019, p.18).

da rede, das idas/trabalho na roça, nos banhos e nas pescarias nos Campos Naturais, hoje em pleno século XXI ameaçados pela invasão de linhões de energias e projetos de carcinicultura.

Rose, nos ensina que enquanto mulheres somos a fortaleza das nossas comunidades, o compartilhamento das nossas experiências diárias nos fortalecem em uma grande irmandade recriando laços de parentesco, de cuidado e de autogestão da nossa comunidade.

A seguir, veremos como se deu a trajetória pescadora e liderança Rosane Cardoso e sua luta de resistência frente ao extrativismo compulsório.

### **3. A Trajetória De Rosiane Cardoso : A Escrivência Como Metodologia De Visibilidade:**

Nessa parte do texto a escrita será em primeira pessoa e articula entrevistas e anotações das diversas escrituras durante as pesquisas de campo que fizemos com Rosiane ao longo desses anos de acompanhamento e escuta dessa importante liderança comunitária e companheira de luta.

Eu sou Rosiane Mendes Cardoso, mulher negra, de comunidade tradicional, pescadora, mãe de quatro meninos e uma menina, já fui candidata a vereadora, e também trabalhei na secretaria de pesca em meu município. Estudei e completei o Ensino Médio com uma série de dificuldades e penso em fazer faculdade de Pedagogia da Terra na UFMA.

Conforme a entrevistada, “nosso principal problema são as dificuldades com a pesca e a lavoura, por conta da degradação do meio ambiente, dos biomas, das encostas e do entupimento dos igarapés pelas empresas terceirizadas da mineradora da Vale”.

**3.1 A Criminalização:** “Algumas pessoas da Comunidade, pessoal do governo, o prefeito, vereadores, até alguns outros presidente de associações também chegam a dizer isso, ah, essa é a encenqueira tudo ela rebate”.

Na análise da situação conjuntural que contextualiza este trabalho, muitas são as formas, métodos e metodologias que poderiam ser acionadas para falar sobre a relação entre educação popular e renovação de liderança, mas escolhemos a escritura como método, conceito e metodologia para essa tarefa, ela nos acolhe mais enquanto mulheres de comunidades tradicionais, ela permite que possamos colocar as coisas em outra perspectiva, uma ou múltiplas que veem do compartilhamento de nossas experiências de mulheres da margem, das fronteiras, onde a escrita anda lado a lado com nossos anseios, ela é dinâmica, dissidente e epistemológica dando visibilidade para vozes de mulheres que se reconhecem umas nas outras e falam desde a margem. As narrativas de Rosiane foram nos revelando memórias miudinha de resistências e de interpelação de zonas de silenciamento. Os gestos, os olhares, os silêncios dela me ajudaram a compor esta escrita ubuntu, dela e de mim nela (HOOKS,2019), uma escrita de protagonismo, de ação. Seus modos de ver e de narrar os conflitos ambientais, a vida, a educação (OLIVEIRA,2019), a

comunidade, por vezes as semelhanças e pontos de vista dela eram e são comuns aos meus. Meus próprios pontos de vista e observações também são apresentados, quando ela fala ou quando ela está em silêncio tateando táticas de sobrevivência em uma sociedade marcada pela inter-relação das violências de gênero, raça e classe (HOOKS,2019,n.p; LORDE, 2020 ).

Isto posto, a liderança compreende que a sua luta pela comunidade já lhe resultou em inúmeros processos legais e criminalização por parte da empresa mineradora Vale, por agentes do poder público municipal.

### 3.2. Liderança: A Educação Popular Como Ferramenta Política, Poética, Epistêmica De Visibilidade

A educação popular no sentido de democratização incentiva os sujeitos a mudarem a sua realidade local, possibilitando também o diálogo e a experiência educativa popular que amplifica as capacidades desses sujeitos de se reconhecerem enquanto lideranças capazes de multiplicar esse processo pedagógico na comunidade e fora dela. “[...] a educação popular não é uma variante ou extensão da democratização da escola, e sim uma concepção emancipadora que busca transformar a ordem social e o próprio sistema educacional” (TORRES, 2013, p.18).

Nesse sentido, a educação popular busca a resignificação e o engajamento daqueles sujeitos que estão à margem da sociedade e “continuam sendo categorias sociais e atores emergentes subalternos: camponeses, dirigentes e integrantes de grupos de base, mulheres, indígenas, professores, adultos, jovens e crianças de setores populares;” (Ibden, 2013, p.22).

Ao ser questionada sobre sua presença na ONU, ela enfatiza que: “então foi muito bom, muito bom mesmo! Para abrir nossa mente e nos mostrar também que a gente não estava só, que a gente não estava lutando só, que tinha outras pessoas que estavam na mesma luta que a gente, ou então em lutas piores!”

Contudo, essa forma de intervir no meio social em que se vive, tendo apenas experiências de vivências e coletividade, permeia a base da educação popular, em seu processo de diálogo da valorização de um aprendizado mútuo. Isso possibilita o engajamento na luta, a continuidade do processo em ser liderança e repassar isso, de modo em que se possa entender as necessidades do espaço em que se vive.

Foto 3: Rose Em Um Grupo De Trabalho Na Onu (2015)



Fonte: Victor Barro/ Amigos de la Tierra

Enfim, o ser mulher negra de comunidade e liderança, propõe muitas vezes situações de minimização, considerando, seu papel numa sociedade patriarcal. Embora seja difícil romper essas barreiras, não significa que não seja impossível, pois a tomada de poder da mulher no contexto social tem sido uma constante.

#### **4. Considerações Finais**

Enfim, nesse contexto, entendemos a educação popular como todo processo político, ético, dinâmico e criativo que os oprimidos usam para se libertar. Assim, falamos de educação popular como uma forma de escrever o mundo (EVARISTO, 2017); HOOKS(2019), FREIRE, 2019), universos plurais marcados por um cenário histórico pelo racismo, uma estratégia de sobrevivência onde parafraseando o nosso grande educador Paulo Freire (2019) “ninguém se liberta sozinho”.

Aquela que assume, herda ou conquista a condição de liderança nunca o faz só, sempre é reconhecido em grupo antes. Ser liderança é em muito momentos assumir vários papéis sociais dentro e fora de sua comunidade, como a de educadora/o humanista revolucionária/o, onde suas ações se identifica com as de seu grupo, orienta-se pela escuta de diálogo com elas/es, tudo é decidido em roda, coletivo, em comunidade. Uma boa liderança foi antes uma boa/bom ouvinte em muitos momentos só acompanhando sem falar nada, mas sempre alí atenta/a tudo e a todas/os, sempre aprendendo e respeitando as/os mais velhas/os. Roseane sinaliza que “ temos às mãos marcadas pelos trabalhadores rurais, somos sementes teimosas de um povo lutador. As andanças, conversas, os encontros, as formações, os seminários, as manifestações, os batizados, os velórios e muitos outros eventos nos fazem comunidade”.

Isto posto, as veias dos nossos corpos sentem quando nossos igarapés, rios e os Campos Naturais estão ameaçados e se um rio é assoreado nós secamos junto. Ao longo do texto demonstramos de que forma a educação popular está associada às redes extensas de autocuidado e gestão do território, as narrativas revelam um processo formativo regular, criativo e dinâmico de produção de conhecimento e de renovação de lideranças que está associada ao compartilhamento da memória coletiva da comunidade, das ações, manifestações e ocupações na busca pela garantia de direitos fundamentais em territórios diretamente afetados pelos projetos de mineração e pelo Corredor de Carajás. A partir da escrivência de Rosiane Cardoso foi possível tecer um entendimento mais ampliado sobre processos educativos alternativos no qual ensino e aprendizagem estão na práxis das relações sociais e políticas na luta pela terra, para permanecer em seu território. As narrativas e as experiências vividas pela liderança Rosiane são consideradas narrativas contra-hegemônicas revelando o protagonismo de mulheres na defesa pela vida contra o racismo e pela justiça social.

Nessa perspectiva, a trajetória de Rosiane nos faz refletir sobre a estreita relação entre a Educação Popular e a formação de liderança, como práxis social, capaz de transformar as pessoas e os contextos com os quais estas atuam.

Por fim, a pesquisa se insere em uma situação conjuntural que revelou a prevalência hoje e outrora de lógicas coloniais e racistas de poder, de mecanismos de controle e

reconfiguração dos modos de viver em extensos territórios e comunidades, que afeta diretamente a continuidade da vida nas localidades. Uma estratégia de sobreviver, ou seja, de continuar existindo diante da precarização da vida tem sido lutar e se organizar em movimento/comunidade/grupos para exigir que direitos fundamentais sejam garantidos. Para esse caminhar e desenvolvimento político crítico, Rosiane nos ensina que quando falamos de educação estamos falando de ações diárias como: a participação em reuniões, oficinas, e intercâmbios não só dos nossos jovens, mais também dos nossos mais velhos e criaças, isso é fazer estratégia coletiva de defesa que envolvem desde a possibilidade de comprar um lápis, a ir à ONU denunciar violências.

## Referências

- BRUSTOLIN, Cíndia. Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um. São Luis, EDUFMA, 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. 256 pp.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223 – 244, 1984.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223 – 244, 1984.
- HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>
- OLIVEIRA, Gleydson de Castro. Memórias, Identidades e Educação Quilombola: Santa Rosa dos Pretos (MA) como contexto e texto. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, nº 03, set.-dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1647/1133> Acesso em: 08/11/2020.
- BRUSTOLIN, Cíndia; DOS ANJOS, José Carlos Gomes; SANTOS, Dayanne da Silva. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. (Orgs.) Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018.
- BRUSTOLIN, Cíndia. Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um / Brustolin, Cíndia [Org.]. – São Luis, EDUFMA, 2019.
- GLOBAL, Rosiane Cardoso Pescadora Denuncia As Violações Cometidas Pela Vale Na Onu; disponível em: <http://www.global.org.br/blog/rosiane-cardoso-pescadora-do-ma-denuncia-as-violacoes-cometidas-pela-vale-na-onu/>
- REPAM, Vida Nos Trilhos: <http://signis.org.br/repam/noticias/igreja/08-10-2016/vida-nos-trilhos>. Acesso em: 22/11/2020.
- Formação Política TI Pindaré Aldeia Piçarra Preta1- <https://www.youtube.com/watch?v=gyGo9YmnHos> Acesso em: 22/11/2020.
- PELOSO, Ranulfo. “Trabalho de base.” São Paulo: Expressão Popular (2012).
- PELEJA DO POVO CONTRA O DRAGÃO DE FERRO - Seminário Internacional Carajás 30 anos – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI> Acesso em: 22/11/2020.
- RODRIGUES, Aldenora Ferreira Everton. “Os movimentos me fizeram liderança”: a trajetória de Rosiane Mendes Cardoso, comunidade tradicional de Sítio do Meio II/MA. \_ São Luís: IFMA, 2021.

**"(...) A única alternativa hoje é a alternativa da gente combinar que vai continuar vivo com poesia e com arte. Que a gente vai continuar vivo, vai continuar vivendo... e porque a gente não vai morrer, a gente vai poder salvar o mundo"**

Como quem sabe o tempo certo da sementeira, Moema Miranda, da Rede Igrejas e Mineração, plantou em solo fértil palavras de esperança durante o Webinário "Controle Social e Alternativas Econômicas: desafios para os movimentos sociais" no último dia do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

A semana 15 a 19 de março vai ficar para a história de quem plantou e viu florescer ideias, intercâmbios, a crítica e a resistência ao extrativismo predatório.

Constatamos que temos muito o que conquistar em Direitos Humanos e da Natureza! Mas, o Seminário potencializou o sentimento de que a união dos povos e comunidades com a grandeza da Mãe Natureza enfatiza o que Moema trouxe também em sua fala:

**"Não existe salvação individual. Os processos precisam ser coletivos e cada um e cada uma é chamado para se somar à luta pelo Bem Viver."**

[www.seminariopovosnatureza.org](http://www.seminariopovosnatureza.org)

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:

